



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR**

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO-CS Nº 53, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Convalidar a Resolução-AR nº 07/2017 que dispõe sobre a Reformulação do Plano Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, a ser ofertada pelo Campus João Pessoa.

O CONSELHO SUPERIOR (CS) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições legais com base no § 3º do art. 10 e no *caput* do mesmo artigo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no inciso VII e XVI do Art. 17 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo Nº 23326.001390.2017-14, e de acordo com as decisões tomadas na Trigésima Nona Reunião Ordinária, realizada em 01 de outubro de 2019, **RESOLVE**:

Art. 1º - Convalidar a Resolução-AR nº 07, de 17 de fevereiro de 2019 que autoriza a Reformulação do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, a ser ofertado pelo Campus João Pessoa, estabelecido na Rua Avenida Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, município de João Pessoa/PB, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios

Modalidade: Tecnologia

Local de oferta: IFPB - Campus João Pessoa

Número de vagas: 80 (quarenta) vagas

Turno: Noturno

Integralização: mínimo de 06 semestres e máximo de 09 semestres

Carga Horária: 2419 horas

Estágio: 400 horas

Carga Horária Total: 2819 horas

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data e deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

CICERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
Campus João Pessoa**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

NOME DO CURSO

Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios

TIPO:

BACHARELADO LICENCIATURA TECNOLOGIA

SITUAÇÃO:

AUTORIZADO
 RECONHECIDO

LOCAL	DATA
João Pessoa	02-2018

VOLUME 3/3

Processo nº 23326.001390.2017-14

**Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em
Construção de Edifícios – Campus João Pessoa**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	2
1.1 DADOS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA.....	2
1.2 MISSÃO INSTITUCIONAL	2
1.3 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	2
1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	5
1.5 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	6
2 CONTEXTO DO CURSO	8
2.1 DADOS DO CURSO	10
2.2 JUSTIFICATIVA DE DEMANDA DO CURSO	10
2.3 OBJETIVOS	13
2.3.1 Objetivo Geral	13
2.3.2 Objetivos Específicos	13
2.4 CONTEXTO EDUCACIONAL	14
2.5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	16
2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREA DE ATUAÇÃO	17
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	18
3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
3.2 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	19
3.3 MATRIZ CURRICULAR	20
3.3.1 Grupos de Disciplinas	22
3.4 METODOLOGIA.....	25
3.4.1 Políticas Pedagógicas Institucionais	27
3.4.2 Visitas técnicas	29

3.4.3	Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos	30
3.4.4	Ações para evitar a retenção e a evasão.....	33
3.4.5	Acessibilidade atitudinal e pedagógica	35
3.4.6	Estratégias Pedagógicas	37
3.4.7	Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem.....	38
3.5	COLEGIADO DO CURSO.....	39
3.6	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	41
3.7	COORDENAÇÃO DO CURSO.....	43
3.7.1	Dados do Coordenador de Curso	43
3.8	PRÁTICA PROFISSIONAL.....	44
3.9	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	45
3.10	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	46
3.11	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	46
4	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	47
4.1	ESPAÇO FÍSICO EXISTENTE.....	47
4.1.1	Infraestrutura de segurança	47
4.1.2	Manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos	48
4.2	BIBLIOTECA.....	48
4.2.1	Espaço físico	49
4.2.2	Instalações para o acervo	50
4.2.3	Instalações para estudos individuais.....	50
4.2.4	Instalações para estudos em grupos.....	50
4.2.5	Acervo geral	50
4.2.6	Horário de funcionamento	51
4.2.7	Acervo específico para o Curso	51
4.2.8	Periódicos.....	78

4.2.9	Serviço de acesso ao acervo.....	78
4.2.10	Filiação institucional à entidade de natureza científica	78
4.2.11	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	79
4.2.12	Pessoal técnico-administrativo	79
4.2.13	Política de aquisição, expansão e atualização	80
4.3	INSTALAÇÕES DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	80
4.4	LABORATÓRIOS	82
4.4.1	Laboratórios de Ensino.....	83
4.4.2	Laboratórios de uso Especial.....	85
4.4.3	Laboratórios de Habilidades	87
5	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....	94
5.1	PESSOAL DOCENTE	94
5.1	Pessoal Técnico.....	100
5.2	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100
6	AVALIAÇÃO DO CURSO	101
6.1	COMISSÃO PRÓPRIA DA AVALIAÇÃO – CPA	101
6.2	FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	102
7	CERTIFICAÇÃO.....	103
	REFERÊNCIAS.....	104
	ANEXOS.....	107

APRESENTAÇÃO

O presente documento se refere ao **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios**, oferecido no *Campus João Pessoa* do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)**, e tem como principais objetivos apresentar a filosofia, as principais características, os fundamentos da gestão acadêmico-pedagógica e administrativa, o tipo de organização e os instrumentos de avaliação e políticas institucionais, tornando-se um documento de referência para o norteamento das ações desse curso e para organismos públicos federais de regulação, supervisão e avaliação.

A elaboração do documento teve como base um elenco de dispositivos legais de âmbito federal, como leis, decretos, resoluções, pareceres, notas técnicas e catálogo, de documentos institucionais, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (IFPB, 2015), e Resoluções do Conselho Superior do IFPB, além da versão anterior do Projeto Pedagógico do CST em Construção de Edifícios (IFPB, 2011), elaborado no ano de 2011.

Este Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi desenvolvido pela Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, com participação de seu corpo docente, do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), de unidades acadêmico-administrativas do IFPB/*Campus João Pessoa* - Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, Departamento de Ensino Superior e Departamento de Articulação Pedagógica, dentre outras, sob orientação da Diretoria de Ensino Superior do IFPB.

1 CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

O Quadro 1 apresenta os dados institucionais da Mantenedora e da Mantida.

Quadro 1 – Dados institucionais da Mantenedora e da Mantida

Mantenedora:	Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75			
End.:	Avenida João da Mata			n.: 256
Bairro:	Jaguaribe	Cidade: João Pessoa	CEP: 58.015-020	UF: PB
Fone:	(83) 3612-9701		Fax:	
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br			
Site:	www.ifpb.edu.br			
Mantida:	Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75			
End.:	Avenida Primeiro de Maio			nº: 720
Bairro:	Jaguaribe	Cidade: João Pessoa	CEP: 58.015-430	UF: PB
Fone:	(83) 3612-1200		Fax:	
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br			
Site:	www.ifpb.edu.br/joaopessoa			

1.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB tem como missão institucional ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

1.3 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, ao longo de seus mais de cem anos, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba – de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa – de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba – de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba – de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a edição da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008b).

A instituição foi criada como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o país, para conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a

se intensificar a partir de 1930. Os primeiros cursos ofertados foram os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria.

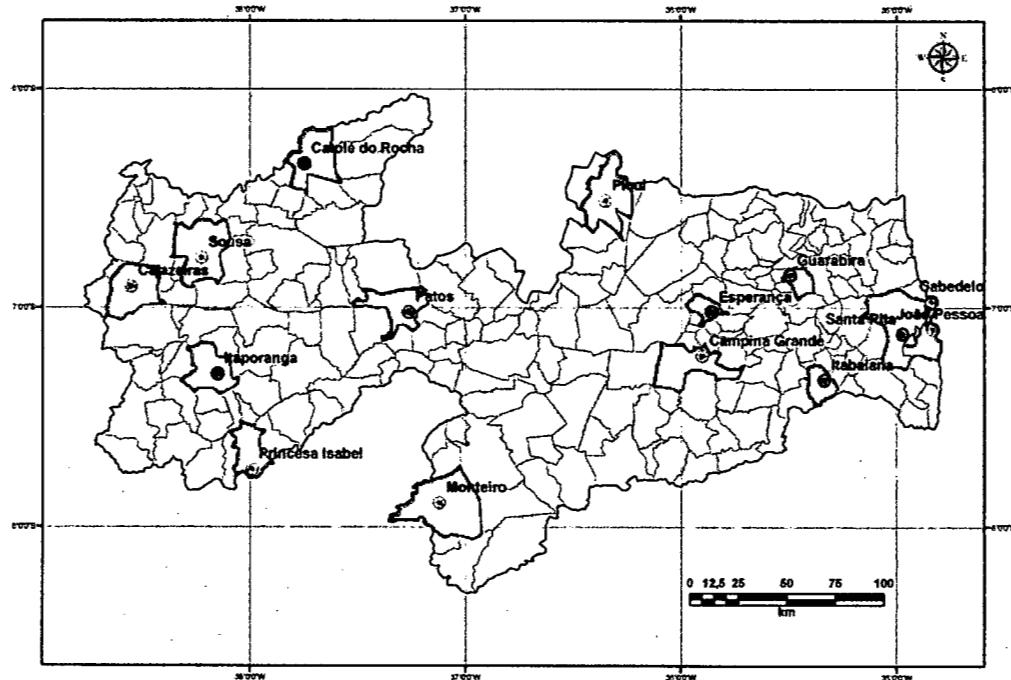
No início dos anos 60, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, e no ano de 1995 interiorizou suas atividades, com a instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras – UNED-CJ.

A partir de sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB, a Instituição começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade todos os níveis de educação, desde a educação básica, incluindo ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio, à educação superior (cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. Em 2007, foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED/CG.

Com o advento da Lei nº. 11.892/2008 (BRASIL, 2008b), o IFPB se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, desenvolve um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas (Proeja, Projovem, Mulheres Mil, Pronatec etc.) e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. O IFPB oportuniza ainda estudos de Pós-Graduação, *Lato e Stricto Sensu*

Com os planos de expansão da educação profissional ocorridos nos últimos anos, o IFPB conta atualmente com *campus* nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Guarabira, Campina Grande, Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos, Cajazeiras e Sousa, além de *campus* avançados nos municípios de Cabedelo, Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. A Figura 1 apresenta a configuração espacial da distribuição das unidades educacionais do IFPB.

Figura 1 - Distribuição espacial dos campi do IFPB



O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança.

A instituição há muito tem demonstrado o seu potencial no campo da pesquisa científica e tecnológica, associando pesquisa aos cursos superiores ou aos programas de pós-graduação. A pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no IFPB é realizada em todas as modalidades de ensino: Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino de Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Ensino de Pós-graduação.

Atualmente, possui mais de uma centena de grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificados pela Instituição, envolvendo grande parte de seu corpo docente, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e corpo técnico especializado, distribuídos nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

Em relação à extensão, o IFPB tem desenvolvido ações através de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, no âmbito das áreas temáticas de Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologias e Produção; e Trabalho.

1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A gestão acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios se articula com as políticas institucionais do IFPB, que define, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (IFPB, 2015), um conjunto de princípios filosóficos e teóricos norteadores de suas ações de gestão acadêmica.

Os princípios filosóficos e teóricos-metodológicos gerais da instituição consideram a educação como uma prática sócio-política, realizada no âmbito das relações sócio-históricoculturais, promotora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.

As ações educacionais do IFPB sustentam-se nos seguintes princípios:

- Respeito às diferenças de qualquer natureza;
- Inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- Respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- Diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- Humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- Valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Quanto aos princípios filosóficos e teóricos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o IFPB compreende a educação tecnológica como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, dirigindo sua abordagem para a formação do educando no sentido do pensar, saber fazer e saber ser nas várias dimensões, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

Em relação aos princípios filosóficos e teóricos do desenvolvimento da ciência, o IFPB, em sua prática educativa, considera que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, que é o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida.

A ciência pós-moderna resgata esses valores e o IFPB tem em sua prática a busca dessa realidade, reconhecendo no senso comum o caminho para a produção do conhecimento prático e pragmático, reproduzido a partir das trajetórias e das experiências de vida de um grupo social.

Já no que alcança os princípios filosóficos e teóricos da prática acadêmica, a instituição contempla a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária. Para isso, as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do professor, bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, contribuindo, desse modo, para que os alunos compreendam a interdependência dos diversos fatores que constituem o ambiente e a realidade na qual estão inseridos.

A conjugação dos princípios supramencionados e da prática acadêmica no curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, foca no desenvolvimento teórico, prático e humano do estudante e tem como objetivo formar profissionais conscientes de sua cidadania e preocupados em transformar a realidade, na qual estão inseridos, para desta forma, alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

1.5 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro, limitada pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2010, contava com uma população de 3.766.528 de habitantes, segundo o Censo de 2010, divulgado pelo IBGE.

Apesar de possuir uma economia pequena, se comparada com aquelas dos estados mais desenvolvidos do país, a Paraíba tem experimentado índices de crescimento bastante expressivos. A variação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do estado, no período 2010-2014, em comparação aos índices apresentados pela região Nordeste e pelo Brasil, estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto *per capita* do Brasil, Nordeste e Paraíba

Ano / PIB per capita	2010	2011	2010	2010	2014
Brasil	R\$ 20.372,00	R\$ 22.749,00	R\$ 24.825,00	R\$ 26.521,00	R\$ 28.500,00
Nordeste	R\$ 9.849,00	R\$ 10.905,00	R\$ 12.115,00	R\$ 12.986,00	R\$ 14.329,00
Paraíba	R\$ 8.899,00	R\$ 9.788,00	R\$ 11.137,00	R\$ 11.848,00	R\$ 13.422,00

Fonte: IDEME (2016)

Observa-se, nos dados da Tabela 1, o crescimento de 13,3% em 2014, em termos nominais, do PIB per capita paraibano, registrando o valor de R\$13.422. O crescimento nominal no período 2010-2014 da Paraíba foi de 50,8%, o do Nordeste, de 45,5%, enquanto o do Brasil

foi de 39,9%. Essa evolução segue uma tendência observada a partir da última década, com um processo de crescimento da economia regional.

De acordo com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2014), essa dinâmica da economia na região Nordeste está associada, dentre outros fatores, à consolidação de programas sociais, em especial os de transferência de renda, e a investimentos que a região atraiu, propiciando uma expansão do volume de emprego e avanços nos indicadores e na situação do mercado de trabalho, alcançando melhoria nas condições de vida da população.

Consoante o CGEE (2014), na educação, verifica-se também uma forte ampliação da rede pública e privada de ensino superior na região, tendo havido, entre 2000 e 2010, um crescimento de 237,5% no número de pessoas que frequentavam o ensino superior no Semiárido, dada a presença de universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais. Indica, ainda, que, para que ocorra a sustentabilidade do processo de transformação que se observa no Nordeste a partir desse período, são necessários a consolidação e o fortalecimento de, entre outros elementos, uma base sólida de conhecimento suportada na educação e na ciência e tecnologia, ampliando-se a capacidade de formar pessoas em áreas técnicas e tecnológicas e de fortalecer a pesquisa e a extensão voltadas para o conhecimento científico e tecnológico.

Contribuindo para essa base sólida de conhecimento suportada na educação e na ciência e tecnologia, o IFPB, instituição de educação superior, básica e profissional especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, tem marcado sua atuação com presença em todo o território paraibano, não excluindo atividades nacionais ou internacionais.

Dessa forma, o IFPB procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que sua área de influência se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como Recife e Natal, têm, historicamente, solicitado profissionais formados pelo IFPB para suprir a demanda em áreas diversas.

Destaque-se, conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (IFPB, 2015), que o IFPB tem como uma das componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-o para ser um agente transformador da realidade do município, do estado, do país e do mundo, visando à eliminação das desigualdades regionais e locais, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, promovendo a igualdade social.

Incorporando-se aos princípios institucionais do IFPB, o Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, oferecido no *Campus* João Pessoa, promove, desde sua criação, no ano de 1999, a formação tecnológica, atendendo uma demanda do mercado local e regional por profissionais habilitados para o desenvolvimento de atividades que envolvem a gerência de obras de edificações.

Os tecnólogos formados no CST em Construção de Edifícios do IFPB têm se destacado em diversas áreas de atuação. Ao longo dos últimos anos, muitos de seus egressos têm optado pela continuação de sua formação acadêmica, participando de diversos programas de pós-graduação no Brasil, e, posteriormente, no campo das engenharias, atuando na docência ou em áreas administrativas de instituições públicas e privadas. Outro grupo, em quantidade significativa de egressos, vem demonstrando seu potencial empreendedor, a partir de iniciativas como abertura e gerenciamento de empresas de prestação de serviços técnicos especializados em áreas específicas da cadeia produtiva da indústria da construção.

Com essas e outras atuações, o CST em Construção de Edifícios tem se inserido positivamente no contexto social, cultural e econômico em sua área de influência, com destacada integração com o setor produtivo, contribuindo com sua importância para o cenário regional, especificamente no atendimento às diversas demandas do exigente e promissor mercado de trabalho da indústria da construção, oferecendo-lhe profissionais tecnicamente aptos, dado o bom nível das competências adquiridas.

2 CONTEXTO DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios foi criado em 1999, pela Portaria nº. 456/99-GD, de 01/12/1999 (CEFET-PB, 1999), com o nome de Curso Superior de Tecnologia em Produção Civil. Além da sua denominação inicial, o referido curso teve uma outra denominação até chegar à denominação atual. Em 2004, através da Portaria MEC nº. 1.204, de 11/05/2004 (BRASIL, 2004), que reconhecia o Curso Superior de Tecnologia em Produção Civil, o curso passava a ser denominado, a partir daquela data, de Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento de Obras de Edificações. A terceira e atual denominação do curso veio a partir da Portaria nº. 24/2006-CD, de 26/10/2006 (CEFET-PB, 2006), em consonância com a determinação do MEC para que os cursos de tecnologia se adequassem ao Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia.

O curso em tela surgiu a partir da inquietação de professores da área de Construção Civil da instituição (na época denominada CEFET-PB) no sentido de buscar novos caminhos, possibilitando uma formação superior em uma área até então inédita na região Nordeste e ainda de pouca visibilidade, naquele momento, no país. Foi formada uma comissão de seis professores

da área de Construção Civil, os quais ainda permanecem na instituição até os dias atuais, para elaborar um projeto de curso que atendesse às demandas do mercado. A partir de uma pesquisa de mercado elaborada por pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde era evidenciada a necessidade cada vez maior de profissionais na área de construção civil com habilidades e competências voltadas para às necessidades das empresas construtoras e dos órgãos públicos afins, e da infraestrutura física e corpo docente disponível na instituição, foi elaborada a Proposta do Curso Superior de Tecnologia em Produção Civil, a qual foi apresentada à instituição, sendo esta aprovada pela Direção Geral.

A partir da aprovação do Projeto de Curso pela Direção Geral da instituição, o Curso Superior de Tecnologia em Produção Civil foi ofertado à comunidade já no primeiro semestre de 2000, resultando na implantação efetiva do curso no período 2000.1.

Desde a sua criação, a estrutura curricular do curso passou por alterações, as quais foram fruto das avaliações e discussões dos docentes que faziam parte da Comissão de Acompanhamento do Curso com as comunidades interna (docentes e discentes do curso) e externa (a exemplo do Sinduscon-JP e de algumas empresas construtoras), sempre buscando atender às demandas apresentadas pelo mercado da indústria da construção civil. Deve-se ressaltar que a estrutura curricular atual é resultado dessas discussões e das recomendações formuladas pela Comissão de Avaliação da SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (na época responsável pelas avaliações dos Cursos Superiores de Tecnologia) no momento de reconhecimento do curso em 2004.

Hoje, o curso passa por mais uma discussão, coordenada pelo NDE, no sentido de adequá-lo às novas exigências do mercado, que deverá resultar, futuramente, em mudanças na matriz curricular.

2.1 DADOS DO CURSO

Quadro 2 – Dados do Curso

Denominação do Curso	Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios				
Modalidade	Tecnologia				
Endereço de Oferta	Avenida Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa-PB, CEP: 58.015-430, Fone: (83) 3612-1200; e-mail: ifpb@ifpb.edu.br; endereço eletrônico: www.ifpb.edu.br				
Código do curso no E-MEC	114944				
SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO					
	Autorização		Reconhecimento		Reconhecimento
Documento	Resolução CEFET-PB		Portaria MEC		Portaria MEC
N. Documento	GD/CEFET-PB 456		Portaria MEC nº. 1.204		Portaria MEC nº 286
Data Documento	01/12/1999		11/05/2004		21/12/2012
Data da Publicação	01/12/1999		11/05/2004		21/12/2012
N. Parecer/Despacho	-		nº 203/2004		
Conceito MEC	-		04		04
Turno de Funcionamento	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Vagas anuais	-	-	-	80	80
Turmas Teóricas	-				
Regime de Matrícula	Semestral				
Carga Horária	Disciplinas	Atividades Complementares	Estágio Supervisionado	Total	
Horas	2419	-	400	2819	
Hora/aula	-	-			
Integralização	Mínimo			Máximo	
	06 semestres			09 semestres	

2.2 JUSTIFICATIVA DE DEMANDA DO CURSO

Em uma economia globalizada, o Brasil precisa alcançar patamares cada vez maiores de produtividade. Para atingir tal objetivo, necessita de um sistema de educação preparado e devidamente aparelhado para responder com eficiência e eficácia à capacitação de recursos humanos especializados, indispensáveis à modernização dos meios de produção.

As consecutivas gestões do MEC/SETEC e Instituições Federais de Ensino Tecnológico (IFETs) para a ampliação do raio de atendimento do ensino profissionalizante, bem demonstram a consciência de que as perspectivas do mundo moderno tendem, cada vez mais, a alterar valores científicos e tecnológicos, exigindo, por conseguinte, que a educação esteja em constante sintonia com a evolução. Cláudio de Moura Castro, já em 2002, destacava a relevância dos cursos de tecnólogo, salientando a sua importância para a preparação de muitas ocupações novas ou que se transformaram (CASTRO, 2002).

A indústria da construção difere das demais em muitos aspectos, apresentando peculiaridades que refletem uma estrutura dinâmica e complexa. Dentre essas peculiaridades,

destacam-se as relativas ao tamanho das empresas, à curta duração das obras, à sua diversidade e à rotatividade da mão de obra.

No aspecto econômico, ocupa papel de destaque no cenário nacional por gerar um grande número de empregos diretos e indiretos, absorvendo um terço dos trabalhadores envolvidos em atividades industriais. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela economia nacional, a indústria da construção civil mantém sua grande representatividade na composição do PIB nacional, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Representatividade da Indústria da Construção no PIB Nacional (%)

Ano	Agropecuária	Indústria		Serviços	
		Total	Construção Civil	Total	Atividades Imobiliárias
2000	5,5	26,7	7,0	67,7	12,2
2001	5,6	26,6	6,3	67,8	11,4
2002	6,4	26,4	6,5	67,2	10,7
2003	7,2	27,0	4,6	65,8	9,9
2004	6,7	28,6	4,9	64,7	9,5
2005	5,5	28,5	4,6	66,0	9,3
2006	5,1	27,7	4,3	67,2	8,9
2007	5,2	27,1	4,6	67,7	8,8
2008	5,4	27,3	4,4	67,3	8,4
2009	5,2	25,6	5,4	69,2	8,7
2010	4,8	27,4	6,3	67,8	8,3
2011	5,1	27,2	6,3	67,7	8,4
2012	4,9	26,0	6,5	69,1	8,8
2013	5,3	24,9	6,4	69,9	9,2
2014	5,0	23,8	6,2	71,2	9,3
2015*	5,0	22,3	5,9	72,7	9,7

Fonte: CBIC (2017)

*Dados de 2015 referem-se às contas nacionais trimestrais.

Com relação ao grupo construção de edifícios, a Tabela 3 mostra uma representatividade da ordem de 34,73% na construção civil brasileira, o que demonstra a relevante importância deste segmento industrial na economia nacional.

Tabela 3 – Variáveis selecionadas das empresas de construção, segundo os grupos de atividades – Brasil (2011)

GRUPOS	Número de empresas	Representatividade
	ativas	(%)
Construção de Edifícios	32.205	34,73
Obras de Infraestrutura	9.202	9,92
Serviços Especializados	51.324	55,35
TOTAL	92.731	100

Fonte: IBGE (2016)

No que diz respeito à cidade de João Pessoa, a representatividade do segmento pode ser observada através do considerável número de alvarás e habite-se registrado no ano de 2013 na cidade de João Pessoa, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Número de alvarás em construção, habite-se e outros tipos de alvarás e licenças, segundo os meses (João Pessoa – 2013)

Meses	Número		
	Alvarás em construção	Habite-se	Outros tipos de alvarás e licenças
Janeiro	32	656	20
Fevereiro	30	1.298	49
Março	82	659	61
Abril	105	1.383	79
Maió	257	1.850	96
Junho	119	847	61
Julho	88	656	67
Agosto	131	1.003	81
Setembro	148	1.844	86
Outubro	150	1.648	66
Novembro	151	2.406	77
Dezembro	112	1.586	62
Total	1.405	15.836	805

Fonte: IDEME (2016)

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a indústria paraibana da construção civil foi responsável pela elevação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, entre 2005 e 2010. O setor teve alta de 3,5 pontos percentuais (de 4%, em 2005, para 7,5%, em 2010) e, segundo o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da

Paraíba (Sinduscon-PB), o engenheiro e empresário Lamir Motta, o setor deve continuar em crescimento, pelo menos, até 2022.

Diante da necessidade do mercado, associada à vocação natural da área de Construção Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), que também oferece à comunidade o curso técnico de nível médio em Edificações, e subsidiado no estudo de Demandas de Informações Tecnológicas da Construção Civil (estudo realizado pela UFPB, em 1998, sobre a demanda de informações tecnológicas no setor da Construção Civil da Paraíba, no qual foram pesquisadas 45 empresas de construção civil, de pequeno e médio portes, que atuam no Estado), que constatou uma lacuna referente à habilitação para a gerência de obras, mais especificamente conhecimentos profissionais nas áreas de recursos humanos, logística, planejamento, controle, execução e manutenção de obras, o CEFET-PB criou, em 1999, o Curso Superior de Tecnologia em Produção Civil, posteriormente designado Gerência de Obras de Edificações e Construção de Edifícios (denominação atual).

Ao longo dos anos, o IFPB tem buscado, para todos os cursos ofertados pela instituição, consolidar a coerência entre os seus respectivos PPCs e as necessidades locais, a missão institucional, as Diretrizes Nacionais dos Cursos, o Catálogo Nacional dos Cursos Tecnológicos, o PDI e o perfil dos egressos.

2.3 OBJETIVOS

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios tem seus objetivos definidos em conformidade com as competências e habilidades estabelecidas no seu perfil de egresso, atendendo às políticas institucionais de desenvolvimento de pesquisas e soluções tecnológicas para esse segmento da construção civil. Dessa forma, seus objetivos são:

2.3.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edificações tem como objetivo geral proporcionar aos tecnólogos conhecimentos e formação integral, com base nas tendências da competitividade contemporânea, tornando-os capazes de intervir no desenvolvimento econômico e social da região.

2.3.2 Objetivos Específicos

Utilizando-se como referência o que dispõe a Resolução nº. 3/2002, do CNE/CP (BRASIL, 2002), para os cursos de tecnologia, o Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios tem como objetivos específicos:

- Capacitar os alunos para planejar e controlar obras de construção civil (execução de edifícios).
- Habilitar os alunos a administrar recursos humanos disponíveis nos canteiros de obras, de acordo com a legislação vigente no país.
- Formar profissionais aptos a elaborar especificações técnicas de insumos pertinentes às obras e seus respectivos controles.
- Preparar os alunos para diagnosticar e solucionar problemas inerentes às obras de construção civil.
- Capacitar os alunos para aplicar técnicas de avaliação pós-ocupação e técnicas de manutenção predial.
- Desenvolver pesquisa e extensão na área de construção civil, buscando soluções tecnológicas e formais para as necessidades cotidianas.

2.4 CONTEXTO EDUCACIONAL

O IFPB é uma instituição centenária que tem a missão de ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Reconhecida como referência em educação profissional, além de desempenhar o seu importante papel no desenvolvimento humano daqueles que fazem parte de sua estrutura, o IFPB tem atuado na construção de parcerias, apoiando as necessidades científico-tecnológicas de outras instituições da região, consolidando-se, gradualmente, no contexto macrorregional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com uma estrutura pluricurricular e multicampi, o IFPB procura, com sua marcante presença em todas as regiões do território paraibano, adequar suas ações primordialmente às necessidades estaduais. Essa estrutura multicampi está presente em diversas áreas do território paraibano: na zona do sertão, polarizada pela cidade de Patos; na zona do agreste, setor central do estado, polarizada pela cidade de Campina Grande e; na zona da mata, polarizada pela capital, João Pessoa.

Do ponto de vista da estrutura educacional, o sertão paraibano é atendido pela rede estadual de escolas públicas, responsável pelo ensino médio e pela rede municipal, no segmento da educação infantil e do ensino fundamental. Conta com *campus* do IFPB, com oferta de educação profissional técnica e tecnológica, nas cidades de Patos, Princesa Isabel, Sousa e Cajazeiras, além de unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sendo atendido também por projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT). No sertão paraibano, também estão instalados vários *campi* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizados nas cidades de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, onde são oferecidos cursos como Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Direito, Pedagogia e Medicina, além de diversas faculdades privadas.

A zona do Agreste Paraibano, no que diz respeito à oferta de educação básica, é atendida pelas redes estadual, municipal e privada. Devido à maior renda dentre os municípios da região, a cidade de Campina Grande possui ampla rede de ensino privado, que atua tanto no ensino fundamental quanto no médio. Conta com dezessete instituições de ensino superior: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que oferece cursos de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento; a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); o Instituto Federal da Paraíba (IFPB); e quatorze instituições particulares nas mais diversas áreas do conhecimento. Essa região tem a presença de unidades do SENAI, SENAC, SEBRAE, além de outras instituições, públicas e privadas, de educação profissional, tendo se destacado por sua vocação educacional, ampliando sua área de atendimento aos demais estados da região Nordeste e do país.

A Zona da Mata, por sua vez, destaca-se pelo número elevado de vagas ofertadas nas instituições de ensino superior (IES), bem como na educação básica e profissional. João Pessoa, a principal cidade da região, dispõe atualmente de vinte e duas IES, sendo três instituições públicas: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), e mais dezenove instituições privadas. Conta com unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. Possui 498 escolas de educação básica, 475 destas com oferta do ensino médio, de acordo com o Censo Escolar 2013, o que demonstra uma potencial demanda, e bastante significativa, para o ingresso na educação profissional tecnológica, principalmente pelo fato de que a universidade pública não consegue atender a todos, instalando-se uma demanda reprimida que certamente ocupará os bancos escolares do Instituto Federal da Paraíba.

A capital, João Pessoa, tornou-se um centro educacional de médio porte – em nível nacional, que tende a crescer cada vez mais em função do aumento da demanda por oportunidades educacionais, tendência esta que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba. Nela está instalado o *Campus* João Pessoa (o mais antigo do IFPB), atualmente com cursos superiores e cursos técnicos (modalidades presenciais e à distância e

cursos integrados e subsequentes), dotado de ampla estrutura composta por biblioteca, auditórios, parque poliesportivo com piscina, ginásios, campo de futebol e sala de musculação, restaurante, gabinete médico-odontológico, salas de aulas e laboratórios equipados, para atendimento à comunidade acadêmica.

Particularmente, no segmento da educação profissional tecnológica em nível de graduação, o IFPB tem galgado seu espaço, construindo uma educação gratuita e de qualidade assentada nos mais modernos fundamentos científicos e tecnológicos, potencializando-se em opção de qualidade para as diversas gerações. Atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Geociências, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes, com oferta de cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde e Segurança.

Incorporando-se aos princípios institucionais do IFPB, o Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, oferecido no *Campus* João Pessoa, a partir de sua criação, no ano de 1999, inseriu-se e vem se consolidando neste contexto educacional locorregional, formando profissionais tecnólogos, instrumentalizados com os recursos disponibilizados pela indústria da construção civil, atuando como agentes de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, habilitados para o desempenho de atividades que envolvem a gerência de obras de edificações.

2.5 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

De acordo com o Regimento Didático dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, as formas de acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios dar-se-ão mediante processo seletivo, em período previsto em edital público, nas seguintes modalidades:

- Através da adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;
- Através de processo seletivo próprio, para egressos do ensino médio cuja forma deverá ser aprovada por resolução do Conselho Superior;
- Através do Processo Seletivo Especial (PSE), para as modalidades de reingresso, transferência interna, transferência interinstitucional e ingresso de graduados, cuja forma deverá ser aprovada pelo Conselho Superior;

- Através de termo de convênio, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de processo seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em edital.

2.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREA DE ATUAÇÃO

O Tecnólogo em Construção de Edifícios atua no gerenciamento, planejamento e execução de obras de edifícios. Ele é o profissional que orienta, fiscaliza e acompanha o desenvolvimento de todas as etapas desse processo, incluindo desde o planejamento e acompanhamento de cronogramas físico-financeiros até o gerenciamento de resíduos das obras, objetivando, em todas essas etapas, segurança, otimização de recursos e respeito ao meio ambiente. Este profissional também executa desenhos técnicos e pode realizar vistorias, perícias e avaliações em obras, emitindo laudo e parecer técnico em sua área de formação. Atua também na restauração e manutenção de edificações, além de comercialização e logística de materiais de construção. No campo de atuação do Tecnólogo em Construção de Edifícios encontram-se construtoras; empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria em construção civil; escritórios de projetos (engenharia e arquitetura); institutos e centros de pesquisa e instituições de ensino (mediante formação requerida pela legislação vigente).

São atribuições do Tecnólogo em Construção de Edifícios:

- Realizar o planejamento e os controles executivo e financeiro de obras de edificações;
- Fazer apropriação de material, mão de obra e insumos e elaborar seus respectivos orçamentos;
- Fiscalizar a execução de obras de edificações;
- Dimensionar, especificar, gerenciar e avaliar produtividade (mão de obra e equipamentos);
- Gerenciar empresas de construção e manutenção de edificações;
- Interpretar e documentar projetos, esquemas gráficos, memoriais descritivos e especificações;
- Realizar o controle de qualidade de produtos e serviços;
- Gerenciar os suprimentos necessários à execução de obras de edificações;
- Identificar patologias, identificar e selecionar equipamentos, ensaios e métodos de diagnósticos de patologias de construção;
- Aplicar novas tecnologias, materiais e sistemas construtivos;

- Interpretar legislações trabalhistas, previdenciárias, de resíduos sólidos, de licitações, incorporações e o Código de Defesa do Consumidor, bem como efetuar a legalização de obras de edificações;
- Identificar materiais de construção, identificar ensaios e compreender normas técnicas pertinentes;
- Acompanhar locação e nivelamento de obras de edificações;
- Utilizar recursos de informática para dar suporte às atividades de planejamento e elaboração de documentação técnica pertinente;
- Conhecer e entender as instalações prediais, bem como os seus principais elementos constituintes;
- Aplicar ferramentas e técnicas de avaliação do comportamento pós-uso da edificação;
- Caracterizar e gerenciar os resíduos sólidos oriundos de obras de edificações;
- Conhecer e organizar planos de trabalho nas obras de edificações;
- Fazer *layout* e implantar canteiros de obras de edificações.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os conteúdos curriculares do curso de Tecnologia em Construção de Edifícios do IFPB estão distribuídos em seis módulos semestrais de disciplinas. O curso apresenta, no seu início, um maior percentual de conhecimentos voltados para a formação básica. À medida em que o curso avança, ampliam-se os conhecimentos relacionados ao gerenciamento, planejamento e execução de obras, refletindo assim os objetivos do curso.

A carga horária total do curso é de 2819 horas em disciplinas obrigatórias, atendendo à carga horária mínima estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – Eixo Tecnológico de Infraestrutura, desenvolvida em sua integralidade na modalidade presencial.

O grupo de disciplinas Básicas, Científicas e Instrumentais integra conteúdos que oferecem bases científicas e instrumentais para a construção do conhecimento e que promovem a articulação de saberes para maior compreensão das relações existentes entre o mundo do trabalho, os conhecimentos acadêmicos e temas transversais; o grupo de disciplinas Tecnológicas corresponde ao conjunto de disciplinas específicas da formação profissional em Construção de Edifícios. A matriz curricular considera os pressupostos da interdisciplinaridade como meio de integração e construção do conhecimento buscando a formação integral do

educando, com sólida articulação entre os dois grupos de disciplinas. Para o alcance dos resultados esperados na formação profissional do Tecnólogo em Construção de Edifícios, buscar-se-á desenvolver práticas pedagógicas como:

- Inserir alunos em projetos de pesquisa e de extensão, visando ao desenvolvimento de atividades multidisciplinares que oportunizem o contato com ambientes e situações reais do mundo do trabalho e da vida;
- Desenvolver trabalhos práticos em laboratório de computadores e em atividades práticas em campo;
- Realizar visitas técnicas a órgãos, empresas e instituições que desenvolvem atividades na área da construção civil;
- Promover atividades que motivem o aluno a construir conhecimentos e pô-los em prática;
- Desenvolver a capacidade de trabalho em equipe e espírito crítico-reflexivo;
- Oferecer palestras com profissionais da área, incluindo os egressos do CST em Construção de Edifícios;
- Viabilizar a participação em eventos técnico-científicos da área profissional da construção civil.

3.2 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores nos cursos superiores do IFPB estão regulamentados em resolução específica – Resolução nº. 215/2014, homologada pelo Conselho Superior da Instituição (IFPB, 2014), considerando dispositivos estabelecidos na Lei nº. 9394/96 (BRASIL, 1996), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou simplesmente a LDB.

Está estabelecido que os discentes devidamente matriculados em curso de graduação do IFPB poderão solicitar reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos para fins de abreviação do tempo de integralização de seu curso, com avaliação de processo realizada semestralmente.

O reconhecimento de competências/conhecimentos adquiridos será realizado por disciplina, sendo a solicitação e avaliação realizada no período imediatamente anterior ao da sugestão de blocagem da disciplina, com as comprovações de aproveitamento em disciplinas equivalentes ou afins e/ou de experiência profissional na área de estudo ou afins.

Será assegurado, também, o direito ao aproveitamento de estudos realizados ao discente que: for classificado em novo processo seletivo; tenha efetuado reopção de curso; tenha sido

transferido; tenha reingressado no curso; tenha ingressado como graduado; tenha cursado com aproveitamento a mesma disciplina ou equivalente em outro curso de graduação de outra Instituição, devidamente reconhecido.

3.3 MATRIZ CURRICULAR

No Quadro 3 é apresentada a estrutura curricular do CST em Construção de Edifícios, com o dimensionamento das cargas horárias (em horas) prática e teórica das disciplinas obrigatórias e optativa, de cada período letivo, como também da carga horária total do curso.

Quadro 3 – Estrutura curricular do CST em Construção de Edifícios, por período e total.

1º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Fundamentos da Química	35	15	50
Desenho Técnico	20	47	67
Desenho Auxiliado por Computador CAD	15	35	50
Cálculo Diferencial e Integral	83	-	83
Topografia	40	10	50
Português Instrumental	50	-	50
Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho	58	09	67
Subtotal			417

2º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Materiais de Construção	41	26	67
Desenho Arquitetônico	15	68	83
Fundamentos da Metodologia da Pesquisa Científica	33	-	33
Mecânica e Termodinâmica	47	20	67
Matemática Financeira	33	-	33
Estatística	50	-	50
Psicologia do Trabalho	50	-	50
Subtotal			383

3º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Mateirias de Construção II	33	34	67
Estabilidade das Construções	67	-	67
Eletricidade e Eletromagnetismo	50	-	50
Instalações Hidráulicas Prediais	50	33	83
Sistemas Construtivos	30	37	67
Inglês Instrumental	30	-	50
Subtotal			384

4º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Mecânica dos Solos e Fundações	50	17	67
Construções de Concreto Armado	67	-	67
Implantação do Canteiro de Obras	17	50	50
Instalações Elétricas Prediais	50	30	100
Especificações e Orçamentos	67	-	67
Vedações e Revestimentos	12	38	50
Subtotal			401

5º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Estruturas Metálicas e de Madeiras	50	-	50
Legislação Social	33	34	67
Gerência de Suprimentos	30	-	50
Planejamento e Controle de Obras	58	25	83
Qualidade na Construção Civil	30	-	50
Patologia nas Construções	67	20	67
Métodos e Técnicas de Pesquisa	50	-	50
Subtotal			417

6º. Período			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Construções Industrializadas	50	-	50
Impermemabilização e Proteção de Edifícios	50	-	50
Empreendedorismo	33	-	33
Avaliação Pós Ocupação	50	-	50
Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Construção	67	-	67
Marketing Imobiliário	50	-	50
Ergonomia	50	-	50
Administração de Pessoas	67	-	67
Subtotal			417

QUADRO RESUMO		
Demonstrativo	CHT	%
Disciplinas (obrigatórias)	2.419	86
Estágio Supervisionado	400	14
Carga Horária Total do Curso	2.819	100

Disciplinas Optativas			
Disciplinas	Carga Horária (horas)		
	Teórica	Prática	Total
Libras I (optativa)	*	*	33
Subtotal			33

QUADRO RESUMO DISCIPLINA		
Demonstrativo	CHTD	(%)
Disciplinas (obrigatórias)	2.419	98.65
Disciplina Optativa	33	1.34
Carga Horária Total de Disciplinas	2.452	100

3.3.1 Grupos de Disciplinas

Os conteúdos curriculares do curso de Tecnologia em Construção de Edifícios do IFPB – *Campus* João Pessoa seguem dois grupos de disciplinas: disciplinas Básicas, Científicas e Instrumentais (Grupo I) e disciplinas Tecnológicas, (Grupo II). O Quadro 4 discrimina o elenco de disciplinas por grupo, com seus respectivos períodos e cargas horárias, enquanto que a Tabela 5 apresenta a carga horária dos grupos de disciplinas por período.

Quadro 4 – Estrutura curricular do CST em Construção de Edifícios, por grupo.

Grupos de Disciplinas					
Grupo I	P	CH	Grupo II	P	CH
Fundamentos da Química	1º	50	Desenho Técnico	1º	67
Cálculo Diferencial e Integral	1º	83	Desenho Auxiliado Por Computador - CAD	1º	50
Português Instrumental	1º	50	Topografia	1º	50
Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho	1º	67	Materiais de Construção I	2º	67
Fundamentos da Metodologia Científica	2º	33	Desenho Arquitetônico	2º	83
Mecânica e Termodinâmica	2º	67	Materiais de Construção II	3º	67
Matemática Financeira	2º	33	Estabilidade das Construções	3º	67
Estatística	2º	50	Instalações Hidráulicas Prediais	3º	83
Psicologia do Trabalho	2º	50	Sistemas Construtivos	3º	67
Eletricidade e Eletromagnetismo	3º	50	Mecânica dos Solos e Fundações	4º	67
Inglês Instrumental	3º	50	Construção de Concreto Armado	4º	67
X Legislação Social	5º	67	Implantação do Canteiro de Obras	4º	50
Métodos e Técnicas de Pesquisa	5º	50	Instalações Elétricas Prediais	4º	100
Empreendedorismo	6º	33	Especificações e Orçamento	4º	67
Marketing Imobiliário	6º	50	Vedações e Revestimentos	4º	50
Administração de Recursos Humanos	6º	67	Estruturas Metálica e de Madeira	5º	50
			Gerência de Suprimentos	5º	50
			Planejamento e Controle de Obras	5º	83
			Qualidade na Construção	5º	50
			Patologia nas Construções	5º	67
			Construções Industrializadas	6º	50
			Impermeabilização e Proteção de Edifícios	6º	50
			Avaliação Pós-Ocupação	6º	50
			X Gerenc. de Resíduos Sólidos na Construção	6º	67
			Ergonomia	6º	50
Subtotal (horas)		850	Subtotal (horas)		1569
% da Carga Horária Total em Disciplina		35,14	% da Carga Horária Total em Disciplina		64,86

P - Período

CH – Carga Horária (horas)

Tabela 5 – Carga horária dos grupos de disciplinas por período

Grupo	PERÍODO E PERCENTUAIS																	
	P1	(%P)	(%G)	P2	(%P)	(%G)	P3	(%P)	(%G)	P4	(%P)	(%G)	P5	(%P)	(%G)	P6	(%P)	(%G)
G I	250	60	29,4	233	60,8	27,4	100	26	11,8	0	0	0	117	28,1	13,8	150	36	17,6
G II	167	40	10,6	150	39,2	9,6	284	74	18,1	401	100	25,6	300	71,9	19,1	267	64	17
Total	417			383			384			401			417			417		

(%P) = Percentual da carga horária do Grupo no Período em relação à carga horária total do Período

(%G) = Percentual da carga horária do Grupo no Período em relação à carga horária total do Grupo

Nessa perspectiva, a metodologia adotada para abordagem dos conteúdos deve motivar os educandos ao aprofundamento do conhecimento das ciências que englobam o curso.

3.4 METODOLOGIA

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, terá duração mínima de 3 anos, distribuída em 6 períodos letivos e tem um prazo máximo de integralização de 9 períodos. Toda prática pedagógica presente no Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios se articula diretamente com os princípios metodológicos do PDI 2015-2019 (IFPB, 2015) ao estar:

Ancorada no contexto sócio-histórico-cultural dos aprendizes, tendo como horizonte a superação de consciências ingênuas e a busca de consciências críticas, capazes de refletirem sobre a cultura em seu sentido amplo, assumindo as incertezas de um projeto original, pluralista e transgressor das concepções pedagógicas conservadoras, que relacione cultura formal e informal (IFPB, 2015, p. 143).

Dessa forma, toda construção dos procedimentos e recursos metodológicos utilizados buscam fortalecer os objetivos do curso e o perfil profissional do egresso, visando estimular a curiosidade, percepção e criatividade do aluno na construção do saber, tornando-o apto para o gerenciamento, planejamento e execução de obras de edifícios, fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento de obras de edifícios, elaboração de orçamento e planejamento de obras, gerenciamento de resíduos de obras, projeto de estruturas em concreto armado, gerenciamento dos aspectos relacionados à segurança, otimização de recursos, respeito ao meio ambiente e manutenção de edificações, execução de desenhos técnicos, vistoria, realização de perícia, avaliação, emissão de laudo e parecer técnico em sua área de formação, além de ampliar a concepção cultural e humanística, formando nas diferentes concepções essenciais para a prática profissional e cidadã.

A formação do currículo dialógico, inter-transdisciplinar, formativo e processual busca provocar uma reflexão contínua do processo de ensino e aprendizagem, potencializando os diferentes tipos de habilidades, através das mais variadas ferramentas educacionais, que perpassam toda formação, aproximando teoria e prática. Para isso, temos construído: práticas profissionais, que valorizam as vivências nos diversos ambientes de aprendizagem, de forma contínua, ao longo do curso; Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que insere as ferramentas tecnológicas dentro do processo de ensino e aprendizagem, no contexto do curso.

Seguindo a metodologia do ensino presencial, os conteúdos serão trabalhados por meio de:

- Aulas Expositivas e dialogadas com auxílio de *Datashow*;
- Salas de desenho;
- Laboratórios das disciplinas;
- Orientações através de Núcleos de Aprendizagem;
- Materiais Didáticos produzidos em linguagem dialógica;
- Ferramentas de interação, como palestras, simpósios e debates.

Ademais, os alunos terão assistência pedagógica da Direção de Ensino e Coordenação Pedagógica e Apoio ao Estudante, composta de uma equipe multidisciplinar, bem como a colaboração da Coordenação do Curso.

A preparação, desenvolvimento e elaboração de conteúdo, produção de material didático, acompanhamento das disciplinas, realização e controle das avaliações estarão sob a coordenação do *Campus* João Pessoa, instituição ofertante do Curso.

Com o auxílio da equipe que integra a Coordenação do Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios, o Departamento de Articulação Pedagógica e o Departamento de Ensino Superior efetuarão todo o acompanhamento do Curso, no que diz respeito à metodologia e avaliação, disponibilizando assessoria e apoio técnico, quando necessário.

Buscando aproximar o discente com o mercado de trabalho, o curso oferece visitas externas às feiras de exposições, fábricas de materiais construtivos, canteiros de obras de diversas construtoras da cidade e/ou nos estados circunvizinhos. Palestras com profissionais que atuam nas áreas inerentes e correlatas ao curso são oferecidas com o objetivo de apresentar ao aluno o ambiente e as situações reais do mercado de trabalho.

Todas essas estratégias visam garantir as competências e habilidades pretendidas ao profissional em Construção de Edifícios, de maneira a torná-lo um profissional proativo e preparado para o mundo do trabalho.

O Quadro 5 apresenta os diversos métodos e técnicas de ensino adotado nas disciplinas.

Quadro 5 – Métodos e técnicas de ensino adotadas

Disciplinas	Aulas expositivas	Apresentação de seminários	Simulação computacional	Prática em laboratório	Visitas técnicas	Monitoria
Fundamentos da Química	X			X		
Desenho Técnico	X			X		
Desenho Auxiliado por Computador CAD	X		X	X		
Cálculo Diferencial e Integral	X					
Topografia	X			X		
Português Instrumental	X	X				
Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho	X	X			X	
Materiais de Construção I	X	X		X	X	
Desenho Arquitetônico	X		X	X		
Fundamentos da Metodologia Científica	X	X				
Mecânica e Termodinâmica	X			X		
Matemática Financeira	X	X				
Estatística	X					
Psicologia do Trabalho	X	X	X			
Materiais de Construção II	X	X		X	X	
Estabilidade das Construções	X				X	
Eletricidade e Eletromagnetismo	X					
Instalações Hidráulicas e Prediais	X	X		X		
Sistemas Construtivos	X			X	X	
Inglês Instrumental	X					
Mecânica dos Solos e Fundações	X	X		X	X	
Construção de Concreto Armado	X	X	X		X	
Implantação do Canteiro de Obras	X	X		X	X	
Instalações Elétricas Prediais	X			X	X	
Especificações e Orçamentos	X					
Vedações e Revestimentos	X			X	X	
Estruturas Metálicas e de Madeiras	X	X			X	
Legislação Social	X					
Gerência de Suprimentos	X					
Planejamento e Controle de Obras	X			X		
Qualidade na Construção	X					
Patologia nas Construções	X	X		X	X	
Métodos e Técnicas de Pesquisa	X					
Construções Industrializadas	X	X			X	
Impermeabilização e Proteção de Edifícios	X	X				
Empreendedorismo	X	X	X			
Avaliação Pós Ocupação	X	X	X		X	
Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção	X	X			X	
Marketing Imobiliário	X					
Ergonomia	X	X			X	
Administração de Recursos Humanos	X					

3.4.1 Políticas Pedagógicas Institucionais

As políticas pedagógicas institucionais do IFPB estão definidas dentro do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), onde são definidos os valores e princípios norteadores, explicitadas as convicções ideológicas e deliberadas as metas a serem alcançadas.

As políticas de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) pautam-se pela busca da excelência do ensino, melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, numa gestão democrática. A partir dessa concepção, no IFPB tem-se, dentro das Políticas de Ensino, os seguintes princípios básicos (IFPB, 2015, p. 72):

- a) ampliação do acesso e permanência, com êxito, à Escola Pública;
- b) constituir-se como um centro de referência para a irradiação dos conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito de sua abrangência;
- c) implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino, no sentido de promover a Educação Continuada e a Educação à Distância;
- d) capacitação de seus servidores docentes e técnico-administrativos;
- e) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- f) avaliação e acompanhamento das atividades de ensino;
- g) integração entre os *campi* e com outras Instituições de Ensino;
- h) parcerias com o mundo produtivo e com setores da sociedade;
- i) articulação permanente com os egressos dos cursos;
- j) observância às políticas de ações afirmativas;
- k) respeito à diversidade cultural e o atendimento aos princípios de inclusão social e educativa;
- l) preocupação com o desenvolvimento sustentável;
- m) formação do ser humano em todas as suas dimensões.

Dessa forma, o IFPB busca a formação de um indivíduo mais crítico e consciente na construção da história do seu tempo, com possibilidade de construir novas tecnologias, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a utilização, de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

No âmbito do CSTCE, são realizados eventos e palestras que visam fornecer ao aluno subsídios para uma formação tecnológica mais próxima da realidade do mercado local; a contribuição do curso para o desenvolvimento do setor produtivo e de serviços se dá pelo fornecimento de mão de obra especializada.

A pesquisa científica se concretiza também através de diversos projetos de iniciação científica desenvolvidos junto aos alunos do curso, através da criação dos Grupos de Pesquisa Planejamento e Gerenciamento da Construção Civil (formado em 2000) e Materiais e Resíduos da Construção Civil (formado em 2004), entre outros.

Não se pode deixar de mencionar a participação do CSTCE na organização de eventos de grande porte, de âmbito nacional e internacional, na área de construção civil, a exemplo do SIBRAGEC – Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção (2009), coordenado pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Planejamento e Gerenciamento da Construção Civil, e do CIPAR – Congresso Internacional sobre Patologia e Recuperação de Estruturas (2013), coordenado pelos membros do Grupo de Pesquisa Materiais e Resíduos da Construção Civil vinculados ao IFPB.

O IFPB, junto com a coordenação do CSTCE, também apoiou os alunos do Centro Acadêmico para a realização da I Semana da Construção Civil, evento local que aconteceu nas instalações do Instituto, *Campus* João Pessoa, no período de 11 a 15 de junho de 2012. O evento teve como tema “O Futuro começa agora! Construção como nunca Civil”, abordando as novas tecnologias na área da construção civil, visando atualização e conhecimentos na prática.

Em termos de projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores (docentes e discentes) do CSTCE, pode-se citar o projeto INOVATEC, financiado pela FINEP. Nesse projeto os pesquisadores do CSTCE desenvolvem o subprojeto “Desenvolvimento de métodos e metodologias para avaliação de desempenho de tecnologias inovadoras no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação Técnica”. Esse subprojeto, coordenado pelo professor Gibson Rocha Meira, está sendo desenvolvido desde 2011, em parceria com 11 instituições do país, e conta também com a participação de mais duas docentes/pesquisadoras do CSTCE.

O diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares acontece com a implantação da política de extensão, sociabilizando e democratizando o conhecimento produzido. Como prática acadêmica, interliga as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas dos diversos segmentos da sociedade, possibilitando a formação de um profissional cidadão.

Assim, em termos de extensão, na área de construção civil, no período de 2012 a 2013 foram desenvolvidos dois projetos vinculados ao PROBEXT – Programa Institucional de Bolsas de Extensão, denominados “Importância da qualificação na construção civil” e “Leitura e interpretação de plantas arquitetônicas”, ambos coordenados pela professora Roberta Paiva.

3.4.2 Visitas técnicas

O PDI 2015-2019 (IFPB, 2015), no item 3.3.2.2, define as visitas técnicas como a atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com a sociedade.

As visitas técnicas devem priorizar o princípio da interdisciplinaridade em seu planejamento para que o aluno compreenda como as diversas áreas do curso são indissociavelmente relacionadas.

No CST em Construção de Edifícios diversos componentes curriculares demandam atividades externas, a saber, práticas de campo e pesquisa de campo. O curso oferece visitas externas a diversos órgãos públicos e construtoras, bem como suporte logístico para as atividades práticas externas, aproximando, dessa forma, o discente das reais condições do mercado de trabalho.

3.4.3 Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos

A Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais, estão intrinsicamente vinculadas à Política em Direitos Humanos, consolidada através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2007 (BRASIL, 2007a).

O PNEDH de 2007 (BRASIL, 2007a) enfatiza a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, no comportamento social, na produção de instrumentos e mecanismos internacionais de direitos humanos e na construção de uma base para os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos. Entretanto, há um descompasso entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos. A realidade ainda registra violações de direitos humanos, civis e políticos, bem como na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais em todo o mundo: recrudescimento da violência, degradação da biosfera, generalização de conflitos, crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política etc.

O PNEDH de 2007 (BRASIL 2007a) identifica, dentre outros fenômenos observáveis no mundo, o incremento da sensibilidade e da consciência popular sobre os assuntos globais; um padrão mínimo de comportamento dos Estados com mecanismos de monitoramento, pressão e sanção; o empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis; e a reorganização da sociedade civil transnacional, com redes de ativistas e ações coletivas de defesa dos direitos humanos junto aos Estados e setores responsáveis pelas violações de direitos. Nessa perspectiva, a Educação há de incorporar os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, cujo processo de construção requer a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, com

a condição de sujeito de direitos, capaz de exercitar o controle democrático das ações do Estado (BRASIL, 2007a).

Destarte, o PNEDH de 2007 (BRASIL, 2007a) define a **educação em direitos humanos** como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões e conhecimentos historicamente construídos; valores, atitudes e práticas sociais em direitos humanos; consciência cidadã (democrática, ativa e planetária); processos metodológicos de construção coletiva; e práticas individuais e sociais em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

No tocante à **Educação Superior**, a condição de Estado Democrático de Direito cobra, principalmente, das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a participação na construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, relacionando de diferentes formas as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas (BRASIL, 2007a). Essas Instituições são convocadas a introduzirem a temática dos direitos humanos nas atividades do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de iniciativas de caráter cultural, em face do atual contexto que coloca em risco permanente a vigência dos direitos humanos.

De acordo, inclusive, com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005 *apud* BRASIL, 2007a), é proposto para as **instituições de ensino superior** a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras. Para o **ensino**, a inclusão da educação em direitos humanos por meio de diferentes modalidades, tais como disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros. Para a **pesquisa**, a instituição de políticas que incluam o tema dos direitos humanos como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar. Para a **extensão**, a inserção dos direitos humanos em programas e projetos de extensão, envolvendo atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos. Quanto à **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, deve articular as diferentes áreas do conhecimento com setores de pesquisa e extensão, programas de graduação, de pós-graduação dentre outros. Nessa perspectiva, as **atividades acadêmicas** devem fomentar a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), Resolução CNE/CP nº. 1/2012 (BRASIL, 2012a), no que se refere aos fundamentos e orientações para inserção da temática na Educação Superior, determinam, respectivamente, nos artigos 3º e 7º, que:

- A EDH, com a finalidade de promover a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos princípios: (i) da dignidade humana; (ii) da igualdade de direitos; (iii) do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; (iv) da laicidade do Estado; (v) democracia na educação; (vi) transversalidade, vivência e globalidade; e (vii) da sustentabilidade socioambiental;
- A inserção dos conhecimentos da EDH poderá ocorrer (i) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; (ii) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; (iii) de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade, dentre outras, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

De acordo com as proposições do PNEDH de 2007 (BRASIL, 2007a) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas (BRASIL, 2012a), a Educação em Direitos Humanos, nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) superiores de tecnologia, englobando a educação das relações étnico-raciais, indígenas, ambientais e a esfera da proteção e defesa dos direitos humanos e de reparação das violações, poderá ser desenvolvida:

- Na forma transversal, interdisciplinar; combinando transversalidade e disciplinaridade, ou ainda através de conteúdo específico de disciplinas já existentes no currículo escolar e/ou com a inclusão de disciplinas específicas: Educação Ambiental, Sustentabilidade e Educação em Direitos Humanos, facultadas para essa modalidade de curso;
- Através de procedimentos didático-pedagógicos (seminários, fóruns, colóquios, palestras etc.), além de construção de links com grupos de pesquisa e extensão no âmbito de cada curso, com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e com as atividades/ações/eventos científicos e culturais complementares.

Na Política Institucional em Direitos Humanos estão os Projetos de Capacitação docente e de equipes multiprofissionais estabelecidos em calendário escolar pela Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE) e Departamento de Articulação Pedagógica (DEPAP).

O desenvolvimento da temática Educação das Relações Étnico-Raciais será continuamente reforçada na formação dos tecnólogos pelo NEABI que tem dentre seus objetivos: propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das

identidades e relações étnico-raciais no âmbito da instituição e em suas relações com a sociedade, para o conhecimento e a valorização histórico e cultural das populações afrodescendentes e indígenas, promovendo a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito da diversidade.

Fundamentado nas proposições supramencionadas, o CST em Construção de Edifícios definiu em sua matriz curricular, de modo transversal e interdisciplinar estudos sobre grupos étnicos afro-brasileiros e indígenas e suas demandas em relação aos setores difusores da tecnologia, para melhor apreender e responder às demandas desses grupos sociais, visando o etnodesenvolvimento (sustentabilidade de seu território tradicional, sem violar a suas identidades étnico-cultural e socioambiental), uma forma de intervenção e respeito à diversidade étnica.

No CST em Construção de Edifícios, o atendimento às legislações vigentes sobre as Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais e Culturais é considerado em sua matriz curricular como conteúdo do componente Legislação Social, com carga horária de 67 horas.

Da mesma forma, definiu-se que a Educação Ambiental na matriz do curso será trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, fazendo link com os grupos de pesquisa, no sentido de promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No CST em Construção de Edifícios, a abordagem didático-pedagógica do tema que concerne à Educação Ambiental é desenvolvida no âmbito dos conteúdos do componente curricular Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção, com carga horária de 67 horas.

A proposta Educação em Direitos Humanos, especificamente, será efetivada através de conteúdo específico de disciplinas já existentes no currículo escolar, de procedimentos didático-pedagógico, atividades/ações/eventos científicos e culturais complementares, sobre a proteção e defesa dos direitos humanos e de reparação das violações, sempre buscando vincular conhecimentos produzidos nos grupos de pesquisa e/ou extensão do próprio Curso.

3.4.4 Ações para evitar a retenção e a evasão

No intuito de minimizar o processo de evasão e retenção, o IFPB implementou, através da Resolução nº. 12, de fevereiro de 2011 (IFPB, 2011a), convalidada pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº. 40, de 06 de maio de 2011 (IFPB, 2011b), a Política de Assistência Estudantil no IFPB, articulada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, definida pelo Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

A PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De acordo com o Art. 2º, são objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é norteada pelos seguintes princípios:

I - educação como um bem público, gratuito e de qualidade; II - posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e conclusão do curso com qualidade; III - assistência estudantil como direito social e dever político; IV - reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber - como valor ético central; V - compromisso com a qualidade dos serviços prestados; VI - fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando; VII - empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças; VIII - comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; IX - socialização com a comunidade, o conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.

Em conformidade com os princípios estabelecidos, a Política de Assistência Estudantil do IFPB, tem por objetivos:

I - garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; II - realizar acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico - reduzir o índice de evasão e a retenção na série; III - assegurar ao aluno que apresente necessidades educativas especiais, condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico; IV - promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais; V - ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido; VI - fortalecer e ampliar programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros; VII - reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais; VIII - realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I - Programa de Benefícios Socioassistenciais;
- II - Programa de Atenção à Saúde do Estudante;
- III - Programa de Alimentação;
- IV - Programa de Moradia;
- V – Programa de Auxílio Transporte;
- VI - Programa de Integração dos Estudantes Ingressos;
- VII - Programa de Material Didático Pedagógico;
- VIII- Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais;
- IX - Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho;
- X - Programa de Apoio Pedagógico.

No planejamento da matriz curricular do CST em Construção de Edifícios, foram levadas em consideração iniciativas para facilitar a adaptação do aluno recém-ingresso, com o objetivo de ampliar o seu interesse pelo curso, minimizar a retenção e a evasão. Para tanto, o aluno recém-ingresso é apresentado, através de ação de acolhimento realizada pelo corpo discente do curso, à estrutura física e curricular do curso, bem como ao perfil do egresso. Além disso, desde o primeiro período de disciplinas, o aluno tem contato com conteúdos e técnicas específicos de sua área profissional, desenvolvidos em componentes curriculares, como Topografia e Desenho Técnico.

3.4.5 Acessibilidade atitudinal e pedagógica

Segundo a nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 205, tem-se que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, percebe-se que a educação é direito de todos, independentemente de qualquer característica que a pessoa tenha. Nesse sentido, os artigos 206 e 208 ainda elucidam que o ensino deve se pautar em condições de igualdade, tanto para o acesso quanto para a permanência na escola. Assim, enquanto Instituição, nós nos baseamos em promover ambientes que sejam acessíveis a todos, bem como possibilitar com a utilização de tecnologias assistivas, para o acesso pleno de todos os estudantes.

A Lei nº. 13.146/2015 (BRASIL, 2015) reforça o que traz a nossa Constituição, a questão de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades. Além de trazer

ainda outros elementos que complementam esse objetivo maior. Cabe salientar que a Educação Especial é uma modalidade da Educação que é transversal a todos os níveis e modalidades, contemplando a todos os que são público alvo dessa dimensão. No entanto, um sistema educacional inclusivo vai mais além, pois não delimita um público alvo, mas trata do ensino com abordagens que favoreçam a todas as realidades encontradas na nossa sociedade, tendo ainda que a Educação Especial, segundo o MEC, tem como característica o atendimento de pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Baseando-se nisso, a Política de Acessibilidade do IFPB é definida a partir da Resolução do Conselho Superior de nº. 240/2015 (IFPB, 2015f), que dispõe sobre o Plano de Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba, que tem como visão, segundo o art. 2º:

- I – Eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes;
- II – Facilitar o acesso, a circulação e a comunicação;
- III – Fomentar a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência;
- IV – Promover a educação inclusiva, coibindo quaisquer tipos de discriminação;
- VI – Garantir a igualdade nas condições de acesso às atividades escolares e administrativas;
- VII – Proporcionar o atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- VIII – Assegurar a flexibilização e propostas pedagógicas diferenciadas, viabilizando a permanência na escola;
- IX – Estimular a formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e com transtorno do espectro autista;
- X – Estimular a formação e capacitação do corpo técnico das áreas de engenharia e arquitetura responsáveis pela elaboração e fiscalização dos projetos e obras de infraestrutura e acessibilidade, assim como, dos profissionais das áreas pedagógica, de comunicação e de transportes responsáveis pela implantação das ações em suas respectivas áreas de atuação.

Com esse intuito, temos vários profissionais que executam serviços que possibilitem um sistema educacional inclusivo, a saber: serviços de cuidadores, letores, tradutores e intérprete de Libras, transcritor Braille e alfabetizador de Jovens e Adultos. Além disso, temos o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico específico para atender aos estudantes. Temos uma Sala de Recursos Multifuncionais que tem sido utilizada no atendimento educacional especializado dos estudantes. Nessa sala contamos com máquinas de impressora Braille,

recursos ópticos, materiais pedagógicos adaptados com Braille, soroban, computadores com *softwares* que possibilitam o pleno acesso dos estudantes com deficiência visual, dentre outros equipamentos. Além disso, todos os editais que são publicados são acessíveis, tanto em Braille, como em Libras com legenda e em áudio. São feitas orientações sobre as especificidades dos estudantes surdos, bem como de estudantes com outras deficiências.

Além dos serviços ofertados, temos, periodicamente, formações para os docentes, para que os mesmos possam sentir-se mais seguros ao ensinar os estudantes alvo da Educação Especial e não somente estes, pois um sistema educacional inclusivo atende a todas as múltiplas diferenças existentes na sociedade. Para possibilitar essa disseminação do acolhimento às diferenças, é que temos um grupo de estudos para aprofundar as estratégias que possibilitam a inclusão de todos, um exemplo disso é o desenho universal para a aprendizagem, que é uma abordagem que possibilita diversas formas de exposição dos conteúdos, diversas formas de avaliar esse conteúdo e diversas formas de engajamento. Uma abordagem como essa, sendo utilizada pelos docentes, promove um ambiente acolhedor e democrático, incluindo as mais diversas especificidades dos estudantes.

3.4.6 Estratégias Pedagógicas

Assumindo a convicção do seu papel na formação de cidadãos profissionais, capazes de pensar e agir sobre o mundo, o IFPB faz a opção por práticas acadêmicas alicerçadas nos princípios do respeito às diferenças, da inclusão, do desenvolvimento sustentável; da gestão democrática, do diálogo, da humanização, da qualidade de vida e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, são envidados esforços no sentido de garantir práticas acadêmicas que propiciem a desmistificação da dicotomia entre formação geral e formação profissionalizante, optando por abordagens pedagógicas que tomem por base os quatro pilares da educação definidos pela UNESCO: saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser.

O Instituto Federal da Paraíba busca também romper com a ruptura epistemológica da ciência moderna que simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico e considerar os preceitos da ciência pós-moderna, onde o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. Sendo assim, faz opção por abordagens pedagógicas reflexivas, que rompem com a linearidade tradicional, promovendo um diálogo de saberes, apostando na interdisciplinaridade e na contextualização dos conhecimentos.

O CST em Construção de Edifícios, pautado no PDI e também nas Diretrizes Curriculares Específicas para os Cursos Superiores, adota esses pressupostos pedagógicos em

seu PPC, apostando em processos e situações profícuas de ensino e aprendizagem, tais como: aulas expositivas e dialogadas com auxílio de *datashow*, orientações através de núcleos de aprendizagem, materiais didáticos produzidos em linguagem dialógica, ferramentas de interação, como palestras, simpósios e debates, com vistas a formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

3.4.7 Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) estabelece como princípio: a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Com o objetivo de uma permanência com êxito, o Instituto Federal da Paraíba se empenha para desenvolver uma prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características de estudantes oriundos das mais diversas realidades, proporcionando apoio psicopedagógico institucionalizado. Dessa forma, busca-se a excelência na educação considerando a integralidade dos discentes e envolvimento com suas diversidades culturais e cognitivas, lidando com cada estudante em sua individualidade e favorecendo ou promovendo o seu aprendizado de forma contextualizada.

Entendendo que o apoio psicopedagógico é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, o IFPB, por meio da Resolução nº. 139/2015 do Conselho Superior (IFPB, 2015c), regulamentou o núcleo responsável pelo atendimento às pessoas com necessidades específicas. Trata-se da Coordenação de Assistência a Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE. A COAPNE foi criada na observância da Constituição Federal de 1988, especificamente em seu Art. 208, inciso III, que assegura “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, e da Lei nº. 13.146/2015 (BRASIL, 2015), Art. 28, incisos I, II, III, XI, XII, XIII, XV, segundo a qual incumbe ao poder público garantir um sistema educacional inclusivo, atendimento especializado, ensino de Libras, acessibilidade, entre outros aspectos que assegurem a igualdade nas instituições de ensino.

As atividades de apoio psicopedagógico são desenvolvidas para acompanhamento de alunos especiais (com deficiência física, motora ou cognitiva comprovada) e desenvolvimento cognitivo de todos os que buscarem apoio no âmbito comportamental. Para essa finalidade são designados cuidadores, leitores, tradutores, intérpretes de libras, transcritores em Braille, alfabetizadores de jovens e adultos, entre outros profissionais especializados.

Garante-se, por meio da COAPNE, o direito ao atendimento de estudantes que apresentem sintomas de Transtorno de Espectro Autista – TEA, conforme disposto na Lei nº.

12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012b). Essa Lei é regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014a). Consta do Art. 1º desse decreto que a pessoa com transtorno de espectro autista é considerada deficiente, para todos os efeitos legais.

O Art. 4º do mesmo decreto orienta que é dever do Estado, da comunidade escolar, entre outras entidades, garantir o direito à educação em sistema educacional inclusivo, assegurando a transversalidade da educação, desde a infantil até a superior.

No que concerne às estratégias de apoio ao processo ensino-aprendizagem voltadas às pessoas com deficiência, o IFPB, em observância à legislação específica, consolida sua política, assegurando o pleno direito à educação para todos com efetivas ações pedagógicas visando à redução das diferenças e a eficácia da aprendizagem.

Neste sentido, importante política de apoio psicopedagógico são as Ações Inclusivas, que têm por princípios e atribuições a elaboração, articulação e promoção de ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos.

Com este proceder, o IFPB assume como compromisso essencial a igualdade de direitos e o acesso à educação para todos, atendendo à diversidade total das necessidades dos alunos, empreendendo ações voltadas para promover o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais específicas em seu espaço acadêmico.

No *Campus* João Pessoa, onde é ofertado o CST em Construção de Edifícios, como na maioria dos *campi* do IFPB, está instalado o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), atuando no apoio e atendimento a alunos, contando com tradutores e intérpretes de Libras, transcritores de Braille, cuidadores, ledores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos contratados, além de servidores efetivos do quadro de pessoal da instituição.

3.5 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso Superior (CCS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é o órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico, com composição, competências e funcionamento definidos em regulamento específico (IFPB, 2015d), e tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para o constante aperfeiçoamento e melhoria dos cursos superiores.

O CCS é constituído pelos seguintes membros permanentes: I – coordenador do curso superior, como Presidente; II – 4 (quatro) docentes efetivos vinculados à coordenação do curso superior, escolhidos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um ano; III – 1 (um) discente, escolhido por seus pares, com seu respectivo

suplente, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução; IV – 1 (um) docente que ministre aula no curso, que seja lotado noutra coordenação, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução; V – 1 (um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou TAE), vinculado à coordenação pedagógica do campus, com seu respectivo suplente, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

São atribuições do Colegiado de Curso Superior: I – assessorar a comissão de elaboração/atualização do Plano Pedagógico do Curso (PPC); II – acompanhar a execução didático-pedagógica do PPC; III – propor à Diretoria de Ensino do campus, oferta de turmas, aumento ou redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); IV – propor à Diretoria de Ensino do campus modificações no PPC, seguindo os trâmites administrativos para solicitação de mudança, alteração ou criação de cursos superiores no âmbito do IFPB; V - elaborar a proposta do Planejamento Acadêmico do Curso para cada período letivo, com a participação dos professores e com os subsídios apresentados pela representação estudantil; VI - aprovar os planos de disciplina e de atividade, para cada período letivo, contendo obrigatoriamente os critérios, instrumentos e épocas de avaliações nas diversas disciplinas do curso; VII – propor, elaborar e levar à prática projetos e programas, visando melhoria da qualidade do curso; VIII – contribuir para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso; IX – estabelecer critérios e cronograma para viabilizar a recepção de professores visitantes, a fim de, em forma de intercâmbio, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; X – aprovar a proposta de aproveitamento de estudos, adaptação curricular e dispensa de disciplina, conforme o caso, especialmente nas hipóteses de matrículas especiais ou decorrentes de transferências voluntárias, ex-officio ou ingressos de graduados, de acordo com as normas vigentes; XI – acompanhar a divisão equitativa do trabalho dos docentes do curso, considerando o disposto no documento que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão; XII – apoiar e acompanhar os processos de avaliação do curso, fornecendo as informações necessárias, quando solicitadas; XIII – analisar, dar encaminhamento e atender, sempre que solicitado, a outras atribuições conferidas por legislação em vigor; XIV – emitir parecer sobre a possibilidade ou não de integralização curricular de alunos que tenham abandonado o curso ou já ultrapassado o tempo máximo de integralização, e que pretendam, mediante processo individualizado, respectivamente, de pré-matrícula e de dilatação de prazo, continuidade de estudos; XV – Acompanhar a sistemática de avaliação do desempenho docente e discente segundo o Projeto de Avaliação do IFPB.

O Colegiado é composto por cinco professores efetivos do curso - dos quais 04 (quatro) são vinculados à coordenação do curso e 01 (um) vinculado à outra coordenação, além de 01

(um) representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou técnico em assuntos educacionais), um 01 (um) representante discente e o coordenador do referido curso. O Coordenador do Curso é também o Coordenador do Colegiado e possuirá voto de desempate.

Os demais professores do curso podem, mediante requerimento dirigido ao Coordenador, participar das reuniões do Colegiado, com direito a voz. Aos alunos interessados/envolvidos aplica-se o disposto no parágrafo anterior, ou seja, sua participação se dá através de representação por parte do membro discente do colegiado.

O Colegiado é, portanto, composto por cinco professores, um estudante, um representante técnico-administrativo em educação (pedagogo ou técnico em assuntos educacionais) e o coordenador do curso, que o preside e se reúne para avaliar e decidir sobre processos administrativos encaminhados por estudantes. É formado pelos seguintes membros:

Quadro 6 – Composição do Colegiado do CST em Construção de Edifícios

COLEGIADO DO CURSO				
Docente	Formação	Titulação	Experiência Profissional	Regime de Trabalho
1. Roberta Paiva Cavalcante	Arquitetura e Urbanismo	Mestre	03	Dedicação Exclusiva
2. Francisco Assis Fernandes Nobre	Licenciatura em Ciências com Habilitação Plena em Física	Mestre	00	Dedicação Exclusiva
3. Ana Maria Kluppel Pereira Gaião	Arquitetura e Urbanismo	Especialista	03	Dedicação Exclusiva

COLEGIADO DO CURSO (Continuação)				
Docente	Formação	Titulação	Experiência Profissional	Regime de Trabalho
4. Evandro Claudino de Queiroga	Engenharia Civil	Mestre	10	T20
5. Jefferson Mack Souza de Oliveira	Engenharia Civil	Doutor	10	Dedicação Exclusiva
6. Severino Ferreira da Silva Filho	Engenharia Civil	Mestre	10	Dedicação Exclusiva
Discente	Matrícula	Ano de Entrada no Curso	Período em Curso	-
7. Alexandre Antônio Carneiro de Almeida	20161160040	2016	2º	-
Servidora	Formação	TITULAÇÃO	Experiência Profissional	Regime de Trabalho
8. Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão	Pedagogia	MESTRE	-	T40

3.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é o órgão consultivo responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do plano pedagógico de cada curso

superior, com composição, atribuições e funcionamento definidos em regulamento específico, a Resolução nº. 143/2015 do Conselho Superior do IFPB (IFPB, 2015e).

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios é constituído por membros do seu corpo docente que exercem liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e que atuam sobre o desenvolvimento do curso. O NDE do CST em Construção de Edifícios, cujos membros são eleitos pelos docentes do curso para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, tem a seguinte composição:

I – 8 (oito) professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - O coordenador do curso, como seu presidente.

Todos os seus membros têm regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo 75% em tempo integral, e, 100% deles possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu. O NDE do CST em Construção de Edifícios, além de responder diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tem outras atribuições, dentre as quais:

I – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);

IV – Propor e participar dos ajustes no curso a partir dos resultados obtidos nas avaliações interna e externa;

V – Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso;

VI – Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios é constituído por oito professores, sendo presidido pelo Coordenador do Curso. A seguir são elencados os nomes dos professores constituintes do NDE, sua respectiva titulação acadêmica e regime de trabalho:

Quadro 7 – Composição do NDE do CST em Construção de Edifícios

NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE				
Docente	Formação	Titulação	Experiência Profissional*	Regime de Trabalho
1. Roberta Paiva Cavalcante	Arquitetura e Urbanismo	Mestre	03	Dedicação Exclusiva
2. Alexsandra Rocha Meira	Engenharia Civil	Doutor	03	Dedicação Exclusiva
3. Ana Cláudia Borges Leão	Engenharia Civil	Doutor	03	Dedicação Exclusiva
4. Gibson Rocha Meira	Engenharia Civil	Doutor	02	T20
5. Manoel Brito Farias Segundo	Arquitetura e Urbanismo	Mestre	16	T40
6. Maria de Fátima Duarte Lucena	Engenharia Civil	Doutor	03	Dedicação Exclusiva
7. Nelma Miriam Chagas de Araújo	Engenharia Civil	Doutor	03	Dedicação Exclusiva
8. Sandra Helena Fernandes Nicolau	Engenharia Civil	Doutor	03	Dedicação Exclusiva

3.7 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Curso de Tecnologia em Construção de Edifícios está sendo coordenado desde 2016 pela professora Roberta Paiva Cavalcante, que se encontra em sua segunda gestão, tendo atuado como coordenadora nos anos de 2010 a 2013. A professora atua no IFPB desde 2010, com regime de dedicação exclusiva. A coordenação do Curso tem atuado na organização e gerenciamento dos trabalhos de elaboração/discussão desse Projeto.

De um modo geral, os trabalhos da Coordenação do Curso estão voltados ao desenvolvimento dos projetos e dos programas relativos ao Curso, prestando apoio ao corpo docente e atuando como integrador das áreas administrativas e da organização didático-pedagógica.

A Coordenação do Curso também atua junto aos alunos, avaliando suas expectativas e sugestões e estreitando o relacionamento com professores e alunos, seja por meio de reuniões ou contatos diretos.

Cabe ainda à Coordenação de Curso, na organização de seus projetos e programas, distribuir os trabalhos de ensino e pesquisa entre o corpo docente, tendo sempre presente o calendário escolar anual e os objetivos estabelecidos no Curso.

3.7.1 Dados do Coordenador de Curso

A coordenadora é graduada em Arquitetura e Urbanismo (2006), com mestrado em Engenharia Urbana (2009). Como professora do ensino básico, técnico e tecnológico, ministrou as disciplinas Desenho II, Projeto Arquitetônico, CAD Básico e CAD II no curso técnico em Edificações do IFPB no período de 2009 a 2011. Desde 2013 vem atuando no Curso Técnico

Integrado em Edificações, ministrando as disciplinas de Desenho Arquitetônico I e Desenho Auxiliado por Computador Ampliado. No Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios leciona a disciplina Desenho Auxiliado por Computador – CAD, ministrada aos alunos do 1º Período. Sua experiência em gestão acadêmica corresponde a 04 anos como coordenadora do CSTCE.

3.8 PRÁTICA PROFISSIONAL

As atividades de vivência e prática profissional se diferenciam do estágio profissional supervisionado - atividades específicas em situação real de trabalho (BRASIL, 2008a) com sua carga horária adicionada à carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Elas integram a metodologia e a carga horária mínima da matriz curricular dos cursos. Segundo o Parecer CNE/CEB nº. 20/2012 (BRASIL, 2012c), as atividades de vivência e prática profissional terão caráter educacional sem risco de eventuais ações trabalhistas, quando supervisionadas em ambientes de trabalho das organizações empresariais parceiras de instituições educacionais que desenvolvam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, cujos planos de cursos e respectivos projetos político pedagógicos contemplem explicitamente essa estratégia de ensino e aprendizagem. Previstas na organização curricular do curso, as práticas profissionais devem estar continuamente relacionadas aos fundamentos científicos e tecnológicos do respectivo curso. A Câmara de Educação Básica define com clareza que a prática profissional “compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros”, inclusive em situações empresariais, propiciadas por organizações parceiras, em termos de “investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas; simulações; observações e outras” (BRASIL, 2012c).

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico - atividade de aprendizagem profissional - que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática. No decorrer dos cursos superiores de tecnologia, poderão ser definidas como práticas profissionais, dentre outras alternativas:

- a) Atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas e outros;
- b) Investigação sobre atividades profissionais;
- c) Pesquisas individuais e/ou em grupo;
- d) Projetos de intervenção;
- e) Visitas técnicas;

- f) Simulações e observações;
- g) Atividades nas áreas privilegiadas pelo plano pedagógico do respectivo curso;
- h) Estágios curriculares não obrigatórios;
- i) Comprovação de exercícios de atividades nas áreas privilegiadas pelo plano pedagógico do respectivo curso;
- j) Projetos integradores;
- k) Estudos de caso;
- l) Prestação de serviços;
- m) Desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, entre outras atividades em que o aluno possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O curso prevê o Estágio Supervisionado Obrigatório envolvendo tarefas realizadas pelo aluno, vinculadas à sua formação, visando a integração das bases tecnológicas das unidades curriculares com a prática no mercado de trabalho.

O Estágio é regido pela Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008a) e também pelas Normas de Estágio para os Cursos do IFPB.

No início do quinto semestre, o aluno está apto a iniciar o Estágio Supervisionado Obrigatório, o qual pode desenvolver-se paralelamente às disciplinas do quinto e/ou sexto semestre ou, ainda, após a conclusão do sexto semestre.

O Estágio Supervisionado visa facilitar a fixação dos conhecimentos, integração com o mundo do trabalho, enquanto ainda estudante, confirmar a expectativa do aluno no que diz respeito à modalidade do curso pretendida, demonstração de desempenho e abertura de espaço profissional.

Para a Instituição, o estágio representa a oportunidade de obter importantes informações tecnológicas e sobre o mercado de trabalho, essenciais para uma possível reformulação dos currículos e adaptação dos laboratórios à realidade profissional.

O estágio deve ser desenvolvido em empresas privadas ou públicas ou, ainda, na própria instituição, obedecendo a uma carga horária de 400 horas.

Ao término do estágio, o aluno deverá apresentar e defender, publicamente e perante uma banca examinadora, um relatório referente às atividades desenvolvidas.

O estágio é, portanto, um requisito de conclusão obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, necessário para a obtenção do grau de Tecnólogo e

tem como objetivo principal desenvolver a capacidade de aplicação prática dos conceitos e teorias adquiridos durante o curso.

Para a formalização do estágio, devem ser providenciados os seguintes documentos:

- I. Termo de Convênio, celebrado entre a organização cedente e o IFPB, em que acordam as condições de realização do estágio;
- II. Termo de Compromisso, celebrado entre o estagiário e a organização cedente, com a interveniência da Instituição de Ensino, regulamentando as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- III. Seguro contra acidentes pessoais, que deverá ser contratado pela unidade concedente de estágio.

3.10 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Os procedimentos de avaliação implantados neste curso são compatíveis com as atividades desenvolvidas nas disciplinas correspondentes à cada grupo (Básicas, Científicas e Instrumentais – Grupo I – e Tecnológicas – Grupo II), buscando atender suas especificidades, tanto de caráter prático, quanto teórico. Para isso, são utilizados como meios de avaliação: provas, trabalhos, exercícios, relatórios, seminários.

O Regimento Didático para Cursos Superiores do IFPB, aprovado pela Resolução *Ad referendum* nº. 31/2016 – CONSUPER/IFPB (IFPB, 2016b), regulamenta as avaliações do processo ensino-aprendizagem.

Em seu Art. 33, está definido que “A avaliação será compreendida como uma prática processual, diagnóstica, contínua e cumulativa da aprendizagem, de modo a garantir a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o redimensionamento da prática educativa”. Já o Art. 34 declara que “A avaliação da aprendizagem, realizada ao longo do período letivo, ocorrerá por meio de instrumentos adequados, buscando detectar o grau de progresso do discente, realizada, em cada disciplina, compreendendo: I. Apuração de frequência às atividades didáticas e II. Avaliação do aproveitamento acadêmico”.

3.11 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios utiliza alguns recursos de tecnologia da informação e de comunicação no seu processo de ensino-aprendizagem.

Os sistemas acadêmicos da instituição – **Q-Acadêmico** e **SUAP-Edu** – possibilitam ao professor a inserção de material didático, apostilas e textos para o acesso dos alunos matriculados na disciplina, complementando, dessa forma, o conteúdo ministrado em sala de aula. Esses ambientes eletrônicos também permitem aos alunos tirar dúvidas com o professor,

numa dinâmica em espaço virtual, fora da sala de aula, complementando as ações do processo ensino-aprendizagem. É também, através desses sistemas que os alunos respondem a questionários de avaliação do curso, elaborados pela instituição.

Outro recurso disponível são os computadores das salas de aula equipados com acesso à internet. Eles possibilitam ao professor utilizar mais essa ferramenta como auxiliar na sua metodologia de ensino e didática, apresentando, em tempo real, exemplos atuais sobre os assuntos trabalhados, acessando a rede mundial de computadores, possibilitando aulas interativas.

4 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

4.1 ESPAÇO FÍSICO EXISTENTE

Especificamente reservadas ao Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios, existem as áreas destinadas à coordenação do curso, reuniões, apoio para professores no preparo de aulas e/ou ao desenvolvimento de pesquisas e orientações.

A coordenação do curso localiza-se em um espaço cujo acesso se dá por uma recepção comum, que serve à chefia da Unidade Acadêmica I e à coordenação dos cursos técnicos em Edificações, além da coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios.

Essa recepção possui três estações de trabalho que comportam: um técnico-administrativo e dois auxiliares, normalmente estagiários do curso superior de Bacharelado em Administração ou do curso técnico subsequente em Secretariado, além de espaço para espera de atendimento.

A sala da coordenação possui 8 m² contendo uma estação de trabalho em L com computador para o coordenador, com espaço para atendimento a duas pessoas, além de armários com portas para arquivamento de documentos.

A sala de reuniões possui 22 m² e é composta por mesa de madeira e cadeiras giratórias com regulagem de altura, armários individuais para os professores, nichos para correspondências em nome de cada professor do curso e 4 estações de trabalho.

A sala de apoio contém 6 estações de trabalho distribuídos em 15 m².

4.1.1 Infraestrutura de segurança

A vigilância e proteção do *Campus* contra depredações e arrombamentos, sob responsabilidade da **Coordenação de Segurança**, é realizada através de dispositivos eletrônicos de segurança e serviços terceirizados de vigilância humana.

4.1.2 Manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos

Existem na Instituição quatro setores encarregados pela manutenção e conservação de instalações físicas e equipamentos, são eles: Coordenação de Manutenção e Conservação, composta por uma equipe de profissionais terceirizados, responsável pelas instalações físicas e equipamentos em geral; Coordenação de Manutenção e Supervisão de Informática, composta por uma equipe própria de profissionais, responsável pelos equipamentos de informática; Coordenação de Tecnologia da Informação, responsável pelo provimento do acesso à informação no âmbito administrativo, científico, tecnológico e cultural da comunidade, além de planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação no IFPB; e o Departamento de Apoio a Administração, que compreende as ações de suporte para a administração de recursos necessários ao desenvolvimento e execução das atividades de apoio Técnico e Administrativo. Em consonância com a equipe gestora, o Departamento tem procurado melhorar os processos de gestão, otimizando métodos e procedimentos, aperfeiçoando controles e relatórios destinados a subsidiar eficientemente o planejamento e a avaliação dos serviços prestados.

4.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca Nilo Peçanha (BNP) procurou, ao longo dos anos, acompanhar as mudanças ocorridas na instituição, ajustando-se a uma clientela cada vez mais exigente e consciente de suas necessidades informacionais, corroborando com a Resolução de nº. 133, de 02 de outubro de 2015 (IFPB, 2015b), que dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

A BNP foi criada em 1968, mas, só em 1976 adquiriu sede própria, ocupando uma área de 400 m², sendo inaugurada em 3 de dezembro do referido ano.

Em 1999, devido à transformação da Escola Técnica em CEFET-PB, e à implantação dos cursos superiores, a biblioteca passou por uma grande reforma na sua estrutura física, ampliando seu espaço físico para 800 m². Com uma arquitetura de padrões modernos, instalações adequadas e ambientação favorável à execução de seus objetivos, foi inaugurada em 18 de dezembro de 2001.

Em 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, por meio da Lei nº. 11.892 (BRASIL, 2008b). Esse fato, porém, não alterou o compromisso e os objetivos da Biblioteca Nilo Peçanha, mas, seguramente, influenciou as atividades realizadas no setor.

A BNP tem a missão de apoiar efetivamente o processo de ensino desenvolvido pelo IFPB, além de contribuir na formação intelectual e integral de seus usuários, de forma individual e/ou coletiva, subsidiando a instituição no que se refere às necessidades informacionais dos seus usuários.

A BNP atende a uma clientela bastante diversificada, formada por professores, técnicos administrativos e alunos dos cursos técnicos subsequentes e integrados e dos cursos de nível superior, bem como à comunidade externa para consulta local.

A BNP exerce dois tipos de atividades: os serviços meios, que correspondem à formação e tratamento da coleção, tais como seleção, aquisição, registro, classificação, preparação para o empréstimo, organização de catálogos, preservação e avaliação da coleção; e os serviços fins, que tratam da circulação e uso da informação, como acesso e disponibilização da coleção, disseminação da informação, orientação no uso dos recursos e serviços oferecidos pela biblioteca, busca e recuperação da informação e também consulta e empréstimo do acervo documental.

4.2.1 Espaço físico

Com uma área de 1.098 m², sua estrutura interna é formada pelos seguintes ambientes: coordenação; *hall* de exposições; guarda-volumes; processos técnicos; coleções especiais e assistência aos usuários; empréstimo; biblioteca virtual; sala multimídia; cabines de estudo individual e/ou em grupo; banheiros; copa; acervo geral; salão de leitura; organização e manutenção do acervo documental.

Quadro 8 – Espaço Físico da Biblioteca Nilo Peçanha (BNP)

Infraestrutura	Nº	Área(m ²)	Capacidade	
Disponibilização do acervo	2	318,00	(1)	35.000
Leitura	1	447,40	(2)	77
Estudo individual	1	25,50	(2)	23
Estudo em grupo	1	6,62	(2)	16
Sala de vídeo	1	26,00	(2)	20
Administração e processamento técnico do acervo	2	32,43		
Recepção e atendimento ao usuário	1	118,05		
Outras: (Banheiros)	3	54,60		5
Outras: (Copa)	1	7,40		
Acesso à internet	1	25,50	(3)	14
Acesso à base de dados	1	25,50	(3)	14
Consulta ao acervo	1	5,10	(3)	2
Outras: (Circulação vertical)	1	31,40		
TOTAL		1.098,00		

Legenda:

Nº: número de locais existentes;

Área: área total em m²;

Capacidade: (1) em número de volumes que podem ser disponibilizados; (2) em número de assentos; (3) em número de pontos de acesso.

4.2.2 Instalações para o acervo

O acervo está localizado em dois setores:

- **Coleções especiais** – localizado no piso térreo, nesse setor estão os documentos apenas para consulta (periódicos, obras de referência – dicionários, enciclopédias, anuários, guias, glossários), livros de consulta, xadrez e para empréstimo especial de cinco dias (CD-ROMs, relatórios, folhetos), como também as teses, monografias e dissertações. Estão armazenados em estantes e caixas em aço para periódicos. Nesse setor é realizada a limpeza periódica das estantes e do material bibliográfico.
- **Acervo geral** – localizado no piso superior, onde estão disponibilizados os livros para empréstimo domiciliar, que são armazenados em estantes em aço, com livre acesso, organizados de acordo com a CDU (Classificação Decimal Universal). Nesse setor é realizada a limpeza periódica das estantes e do material bibliográfico.

4.2.3 Instalações para estudos individuais

A Biblioteca Nilo Peçanha dispõe de uma sala para estudo individual com capacidade para 23 pessoas e sala de biblioteca virtual com capacidade para 12 pessoas.

4.2.4 Instalações para estudos em grupos

A Biblioteca Nilo Peçanha dispõe de duas salas para estudo em grupo com capacidade para 8 pessoas, cada.

4.2.5 Acervo geral

A BNP possui um acervo de aproximadamente 24.702 exemplares (livros, obras de referência, teses, dissertações e monografias), além dos periódicos e CD-ROMs, disseminados nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharia e Tecnologia, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes. O acervo está organizado de acordo com a tabela de Classificação Decimal Universal – CDU.

Quadro 9 – Resumo do Acervo da Biblioteca Nilo Peçanha (BNP)

Itens	Número	
	Títulos	Volumes
Livros (obras de referência, trabalhos acadêmicos e o acervo em geral)	10.026	28.220
Periódicos Nacionais	225	8.553
Periódicos Estrangeiros	34	931
CD-ROMs	170	610
DVDs	114	146
Total	11.569	38.460

4.2.6 Horário de funcionamento

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira de 7h30 às 22h, ininterruptamente, durante 14 horas e 30 minutos, funcionando aos sábados letivos. A reserva de livros só é feita na própria biblioteca e o acesso à base de dados (Portal de Periódicos da Capes), só acontece dentro da Instituição.

4.2.7 Acervo específico para o Curso

O CSTCE, dispõe de acervo específico e atualizado que atende aos programas das disciplinas do curso, obedecendo aos critérios de classificação e tombamento no patrimônio da IES etc.

A adequação, atualização e verificação da relevância das bibliografias básica e complementar são realizadas, periodicamente, em reuniões pedagógicas de planejamento e nas reuniões do Colegiado do Curso. Quando necessárias, as solicitações de livros feitas pelos professores são encaminhadas ao setor responsável para aquisição.

Quadro 10 – Bibliografia Básica

Título	Período
ABRAGESSO. Associação Brasileira dos Fabricantes de Blocos e Chapas de Gesso. Manual de sistemas <i>drywall</i> . São Paulo: Pini, 2004.	6º
ACIOLI, José de Lima. Física Básica para Arquitetura . Vol. Único – Editora UNB Brasília, DF – 1994.	2º
ALMEIDA, Carlos de Souza; VIDAL, Mario Cesar Rodriguez. Gestão da manutenção predial: a tecnologia, a organização e as pessoas . 1. ed. Rio de Janeiro: Gestalent, 2001. 229 p.	6º
ALONSO, U. R. Exercícios de fundações . 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.	4º
ALONSO, U. R. Previsão e controle das fundações . 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.	4º
ALONSO, U. R. Rebaixamento temporário de aquíferos . 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.	4º
ALVARENGA, B. e Máximo, A. Curso de Física . 2ª ed., Harbra, Volume 1 e 2, São Paulo, SP, 1987.	1º / 3º
ANDRADE, Adriana Araújo Costeira de. & SIMÕES, Myrta Leite. Inglês Técnico e Instrumental . João Pessoa: IFPB, 2011.	6º

Título (Continuação)	Período
ANDRADE, Carmem. Manual para Diagnóstico de Obras Deterioradas por Corrosão de Armaduras. Ed. Pini, São Paulo, 1992.	1º
ARAÚJO, Leila, BAREETO; Andreia; PEREIRA, Maria Elizabete (org). Gênero e Diversidade na Escola Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientações sexuais e relações étnico-raciais. Disponível em: [http://www.sepm.gov.br/publicacoesteste/publicacoes/2007/gde-2007.pdf] [10/11/2016].	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA. Manual técnico de pré-fabricados de concreto. São Paulo: ABCI, 1986.	6º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133. Execução de Levantamento Topográfico. Rio de Janeiro.1994.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6122. Projeto e execução de fundações: Procedimento. Rio de Janeiro. 2010. 91 p.	6º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575. Edificações Habitacionais — Desempenho Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013a. Disponível em: < http://www.abntcolegao.com.br/ifpb/ >.	6º
Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.	6º
Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9062. Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. 2006. 59p.	6º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6123. Forças devidas ao vento em edificações. Procedimento. Rio de Janeiro. 2003.	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7190. Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro. 1997.	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8800. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Rio de Janeiro. 2008.	6º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14762. Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio. Rio de Janeiro. 2010.	6º

Título (Continuação)	Período
ÁVILA, G. Cálculo das Funções de uma Variável - Vol. 1, 7ª Edição, Rio de Janeiro, LTC Editora, 332 p., 2003, ISBN: 85-2161370-9.	1º
ÁVILA, G. S. S.; Cálculo II: Funções de uma Variável . 7ª. ed. Rio de Janeiro, LTC; 1994. ISBN: 8521613997.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO. Guia técnico do alumínio: estruturas . 5 ed. São Paulo: ABAL, 2014. v. 1.	5º
ASSOF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações - 4ª Ed. - São Paulo: Atlas, 1998.	5º
AZEREDO, Hélio Alves de. O edifício e seu acabamento . São Paulo: Edgard Blücher, c1987. 178 p. il.	5º
BAETA, André Pachioni. Orçamento e controle de preços de obras públicas . São Paulo: PINI, 2012. 456 p.	5º
BALDAM, Roquemar; COSTA, Lourenço. AutoCAD 2014: utilizando totalmente . 1. ed. São Paulo: Érica, 2013. 558 p. il. ISBN 9788536504940.	1º
BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho . 9ª Ed. São Paulo: LTr, 2013.	5º
BASTA, Darci <i>et al.</i> Fundamentos de Marketing . Rio de Janeiro: FGV, 2006.	5º
BAUER, L. A.F. Materiais de Construção . Vol.1. LTC. 5ed. Rio de Janeiro. 2001.	2º / 6º
BAUER, L. A.F. Materiais de Construção . Vol.1. LTC. 5ed. Rio de Janeiro. 2001.	2º
BEARDWOOD, Lynette; TEMPLETON, Hugh & WEBBER, Martin. A First Course in Technical English. (Book 1) . Editora Heinemann.	2º
BEARDWOOD, Lynette; TEMPLETON, Hugh & WEBBER, Martin. A First Course in Technical English. (Book 2) . Editora Heinemann.	3º
BELLEI, I. H. Edifícios industriais em aço: projeto e cálculo . 6 ed. São Paulo: Pini, 2012.	3º
BELLEI, I. H. Edifícios de múltiplos andares em aço . 2 ed. São Paulo: Pini, 2008.	2º
BECHARA, Evanildo. <i>Gramática escolar da língua portuguesa</i> . 2.ed. Ampliada e atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.	1º

Título (Continuação)	Período
BEER, Ferdinand Pierre. Mecânica Vetorial para Engenheiros . São Paulo. Editora McGraw-Hill. 1991.	3º
BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. <i>Correspondência: Linguagem & comunicação oficial, empresaria e particular</i> . 23 ed. São Paulo, Atlas S. A., 2005.	1º
BERGAMINI, Cecília W. Psicologia aplicada a administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional . São Paulo. Ed: Atlas. 2011.	1º
BORGES, Alberto de Campos (1977). Topografia Aplicada à Engenharia Civil . São Paulo: Edgard Blucher.	1º
BORGES, A. C. Práticas das Pequenas Construções . 6ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1992.	3º / 4º / 6º
BOTELHO, Manoel Henrique Campos. Concreto Armado Eu Te Amo . Editora Edgard Blucher Ltda. São Paulo. 1986.	1º
BRASIL. Resolução CONAMA nº. 307 , de 5 de julho de 2002, alterada pelas Resoluções CONAMA 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307 >	6º
BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos-PNEDH . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.	5º
BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm . Acesso em: 30 outubro 2016.	5º
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística . 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.	1º
CARDÃO, Celso. Técnica de Construção . 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Glob, 1969.	1º
CARDOSO, Roberto Sales. Orçamento de obras em foco: um novo olhar sobre a engenharia de custos . São Paulo: PINI, 2011. 498 p.	4º

Título (Continuação)	Período
CARMONA, Antonio; HELENE, Paulo. Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão de armaduras. São Paulo: PINI, 1992. 104 p.	5º
CARRION, Valentim. Comentários `a Consolidação das Leis do Trabalho: Legislação Complementar e Jurisprudência. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.	5º
CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitários. São Paulo: Blucher, 2013. 216 p.	3º
CAPUTO, H. P. e CAPUTO, A. N. Mecânica dos solos e suas aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2015. v. 1.	3º
CAPUTO, H. P. e CAPUTO, A. N. Mecânica dos solos e suas aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2015. v. 1.	4º
CAPUTO, H. P. e CAPUTO, A. N. Mecânica dos solos e suas aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2015. v. 1.	4º
CAVALIN, Geraldo e CERVELIN, Severino. Instalações Elétricas Prediais. Érica. São Paulo, 1999. (Livro texto)	4º
CEGALLA, Domingos Paschoal. <i>Novíssima gramática da língua portuguesa.</i> 46 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.	4º
CENTRO de Direito Internacional (Cedin). Art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.cedin.com.br/website/internas/legislação . Acesso em: 08 maio 2016.	5º
_____. Art. 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: http://www.cedin.com.br/website/internas/legislação . Acesso em: 08 maio 2012.	5º
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.	2º
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.	6º
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro. Ed: Malone. 2014.	2º / 6º
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. 9. ed. São Paulo: Editora Campus, 2009.	6º
CHIOSSI, N. J. Geologia de engenharia. 3 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.	4º

Título (Continuação)	Período
CHURCHILL, Jr., Gilbert A.; PETER, J Paul. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.	6º
CICONELO, Alexandre; PIVATO, Luciana; FRIGO, Darci. Programa Nacional de Direitos Humanos: efetivar direitos e combater desigualdades. In: Revista Direitos Humanos. Vol.4, Dez/2009. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.	5º
CIMINO, Remo. Planejar para construir. São Paulo: Pini, 1987. 232 p.	4º
CINTRA, J. C. A. <i>et al.</i> Tensão admissível em fundações diretas. 1 ed. São Carlos: RiMa, 2003.	4º
COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil. São Paulo: Ed. Campus, 2008.	4º
COSTA, Marli Marlene Moraes da; RITT, Caroline Fockinki. Educação como um direito fundamental e social. In: GORCZEVSKI, Clovis; REIS, Jorge Renato dos (Orgs.). Direitos fundamentais sociais como paradigmas de uma sociedade fraterna: constitucionalismo contemporâneo. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2008.	5º
CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 423 p.	4º
CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. Editora Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro, 2000.	4º
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindlei. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.	1º
DANTAS, Antônio. Análise e investimentos e Projetos aplicados à pequena empresa -Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.	1º
D'AVIGNON, Alexandre et al. Manual de auditoria ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. 137 p.	1º
DAYCHOUM, Merhi. 40 + 4 ferramentas e técnicas de gerenciamento 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. 257 p. il. ISBN 9788574524337.	4º
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho.12.ed. São Paulo: LTr, 2013.	5º
DEL MAR, Carlos Pinto. Falhas, responsabilidades e garantias na construção civil. São Paulo: PINI, 2008. 366 p.	4º

Título (Continuação)	Período
DIAS, L. A. M. Estruturas de aço: conceitos, técnicas e linguagem. 6 ed. São Paulo: Zigurate, 2008.	5º
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 346 p.	5º
DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.	6º
DORNELAS, J. C. A.; SPINELLI, S.; ADAMS, R. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI. 2ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.	6º
Drenagem Urbana: Manual de Projeto – DAE/CTESB São Paulo 1980	6º
DUTRA, A. C. e NUNES, L. P. Proteção catódica: técnica de combate à corrosão. 4 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.	5º
EL DEBS, M. K. Concreto pré-moldado: fundamentos e aplicações. 1 ed. São Carlos: Editora da EESC-USP, 2000.	6º
Exercício de Topografia. São Paulo. Edgard Biucher (1977).	1º
FABRICIO, Márcio Minto; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Qualidade no projeto de edifícios. São Carlos: Rima, 2010. 261 p.	5º
FALCONI, F. F. et al. Fundações Teoria e Prática. 2ed. São Paulo: Editora Pini, 1998.	3º
FELIPE, Tânia A. Libras em contexto. Brasília Editor: MEC/SEESP Nº. Edição: 7 - 2007.	
FERRARO, Nicolau Gilberto; PENTEADO, Paulo Cesar; SOARES, Paulo Toledo e TORRES, Carlos Magno. Física Ciência e Tecnologia, Volume Único, Editora Moderna Ltda., São Paulo, SP, 2001.	2º / 3º
FERREIRA, Patrícia. Desenho de Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2001.	2º
FIORIN, José Luís; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16 ed., São Paulo, Ática, 2003.	2º
_____. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2009. MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2002).	1º
FIORITO, Antônio J. S. I. Manual de argamassas e revestimentos: estudos e procedimentos de execução. São Paulo: Pini, 1994.	1º
FORTES, Roberto Borges. Planejamento de obras: orientação básica para apresentação de propostas. São Paulo: Nobel, 1988. 184 p.	1º

Título (Continuação)	Período
FUSCO, P. B. Estruturas de concreto: fundamentos do projeto estrutural. São Paulo: McGraw- Hill do Brasil: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.	4º
FUSCO, P. B. Técnica de armar as estruturas de concreto. São Paulo: Pini, 1995.	4º
GASPAR, Alberto. <i>Física</i> , Volume 1 e 2, 1ª edição, Editora Ática, São Paulo, SP, 2000.	2º
GASPAR, Alberto. <i>Física</i> , Volume 3, 1ª edição, Editora Ática, São Paulo, SP, 2000.	2º
GENTIL, Vicente. Corrosão. Ed. Livros Técnicos e Científicos. 1996.	1º
GIAMMUSSO, S. E. Manual de concreto. São Paulo: Pini, 1992.	4º
GREF - Grupo de Reelaboração do Ensino de Física, <i>Física</i> , Volume 1 e 2, 5ª edição, EDUSP, São Paulo, SP, 2000.	2º
GREF - Grupo de Reelaboração do Ensino de Física, <i>Física</i> , Volume 3, 5ª edição, EDUSP, São Paulo, SP, 2000.	2º
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. il. ISBN 9788522458233.	2º
GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. São Paulo: PINI, 2004. 176 p.	4º / 5º
GONCALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. 4ª ed. São Paulo. LTr® 75. 2008.	1º
GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 3. ed. rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 387 p.	5º
GUIDORIZZO, Hamilton Luiz, Um Curso de Cálculo - Vol. 1, 5ª Edição, Rio de Janeiro, LTC Editora, 652 p., 2001, ISBN: 85-2161259-1	5º
GUIMARÃES, José Eptácio Passos. A Cal: fundamentos e aplicações na engenharia civil. São Paulo: Pini, 1997.	1º
HACHICH, W. <i>et al.</i> Fundações: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Pini, 2003.	4º
<i>HEAD, George O; HEAD, Jan Doster. 1.000 dicas e segredos do autoCAD</i> Rio de Janeiro: Berkeley, 1993. 570 p. il. ISBN 8572511407.	1º
HELENE, Paulo R. L. Corrosão em armaduras para concreto armado. São Paulo: PINI, 1986. 46 p.	1º

Título (Continuação)	Período
HICK, Steve & SABAGE, Allan. Basic Technical English . Editora Oxford University Press.	3º
IIDA, Itiro. Ergonomia projeto e produção . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.	6º
INDIAS, Maria Amélia Cutileiro. Curso de Física , Editora McGRAW-HILL de Portugal Ltda, Lisboa, Portugal, 1992.	2º
Informações Básicas sobre materiais Asfáltico. Rio de Janeiro. Gráfica I.B.P. 1994.	6º
JOPPERT JR., I. O. Fundações e contenções de edifícios: qualidade total na gestão do projeto e execução . 1 ed. São Paulo: Pini, 2007.	4º
JORNAL NACIONAL. Lei que criminaliza homofobia causa grande protesto em Brasília. [19/10/2011]. Disponível em: [http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/06/lei-quecriminaliza-homofobia-motiva-grande-protesto-em-brasilia.html].	5º
KELLER, Frederick J., GETTYS, W. Edward e SKOVE, Malcolm J., “Física” vol. I e II – Makron Books do Brasil Editora Ltda - São Paulo, SP - 1999.	2º
KELLER, Frederick J., GETTYS, W. Edward e SKOVE, Malcolm J., “Física” vol. II – Makron Books do Brasil Editora Ltda - São Paulo, SP - 1999.	2º / 3º
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing: A bíblia do marketing . São Paulo: Pearson, 2006.	6º
KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.	6º
KUBBA, Sam A. A. Desenho técnico para a construção . Porto Alegre: Bookman, 2014. 292 p. il. (Série Tekne).	6º
LAGO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Cléber de Jesus (coord.). Guia para elaboração do manual de uso, operação e manutenção das edificações . 1. ed. João Pessoa-PB: Sinduscon/JP, 2015. 140 p.	6º
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p. il.	6º

Título (Continuação)	Período
LIMA, M. J. C. P. A. de. Prospecção geotécnica do subsolo . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.	4º
LIMMER, Carl Vicente. Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras . Rio de Janeiro: LTC, c1997. 225 p.	4º / 5º
LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia Prático do Corretor de Imóveis . São Paulo: Atlas, 2012.	6º
LIPSCHUTZ, Seymour. Probabilidade . McGraw-hill, São Paulo, 1993.	2º
LOPES, Paulo Afonso. Probabilidade e Estatística . Ed. Ernesto Reichman, 1999.	2º
MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações hidráulicas, prediais e industriais . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 798 p.	2º
MALHOTRA, Naresh. Introdução à Pesquisa de Marketing . São Paulo: Pearson, 2005.	6º
Manual de Hidráulica – J. M. de Azevedo Neto, Guilherme Acosta Alvarez. São Paulo, Edgard Blucher, 1973, 1977 reimpressão.	6º
MANUAL da Sika Brasil, São Paulo 1994.	6º
MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2002).	1º
MANUAL técnico de instalações hidráulicas e sanitárias. São Paulo: PINI, 1987. 96 p.	2º
MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social . 33 ed. São Paulo: Atlas, 2013.	6º
MASON, J. Concreto armado e protendido: princípios e aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 1976.	4º
MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamentos de obras . São Paulo: PINI, 2006. 281 p.	4º / 5º
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	2º / 5º
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo, Parábola, 2008.	1º
MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social . 33 ed. São Paulo: Atlas, 2013.	1º
MATHIAS, Washigton Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira . São Paulo: ATLAS, 1996.	2º

Título (Continuação)	Período
MATOS, Mariano et al. Empreendedorismo no Brasil , <i>Global Entrepreneurship Monitor</i> . Curitiba: IBPQ, 2013.	6º
MEIRA, A. R.; ARAÚJO, N. M. C. Qualidade na construção civil . João Pessoa: IFPB, 2016. 210 p.	5º
MELO, C. E. E. (organizador). Manual Munte de projetos em pré-fabricados de concreto . 1 ed. São Paulo: Pini, 2004.	6º
MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto: estruturas, propriedade e materiais . São Paulo: Pini, 1994.	4º
MILITITSKY, J.; CONSOLI, N. e SCHNAID, F. Patologia das fundações . 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015	4º
MOLITERNO, A. Elementos para projetos em perfis leves de aço . 1 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.	5º
MONTENEGRO, Gildo. Desenho Arquitetônico . 4 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2001.	1º / 2º
MOSCOVICI, Felá; OLYMPIO, José. Equipes Dão Certo - A Multiplicação do Talento . Col. Administração e Negócios – 9. ed. 2004.	6º
NASH, William Arthur. Resistência dos materiais: Resumo da Teoria, Problemas Resolvidos, Problemas Propostos . São Paulo. Editora McGraw-Hill do Brasil, 1982. 3.ed.	3º
NEVILLE, A.M. Propriedades do Concreto . 5ed. Porto Alegre. Bookman, 2016. 307p	2º / 3º / 4º
NEWSWEEK. Nova York: Semanal. ISSN 0028-9604.	3º
NISKIER, Júlio e MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações Elétricas . Editora Livros Técnicos e Científicos. Rio de Janeiro, 1996.	4º
NÚCLEO técnico e editorial Makron Books. AutoCAD R14 passo a passo lite . São Paulo: Makron Books, 1998. 175 p. il. ISBN 8534608830.	4º
NUNES, L. P. e LOBO, A. C. O. Pintura industrial na proteção anticorrosiva . 5 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.	4º
OBERG, L. Desenho arquitetônico . 33. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1999. 156 p. il.	1º

Título (Continuação)	Período
OLIVEIRA FILHO, U. M. Fundações profundas . 3 ed. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1988.	4º
OUVERNEY-KING, Janylle Rebouças & COSTA FILHO, José Moacir Soares da. Inglês Instrumental . João Pessoa: IFPB, 2014.	4º
PETRUCCI, Eládio Gerardo Requião. Concreto de cimento Portland . 14. ed. São Paulo: Globo, 2005. 307 p.	2º / 5º
PFEIL, W. e PFEIL, M. Estruturas de madeira . 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003.	5º
PFEIL, W. Cimbramentos . Rio de Janeiro: LTC, 1987.	4º
PICCHI, Flávio Augusto. Impermeabilização de Coberturas . São Paulo: PINI -Instituto Brasileiro de Impermeabilização, 1986	6º
PIEGEL, Murray. Estatística . McGraw-Hill, São Paulo, 1993.	2º
PIMENTA, Carlito Flavio. Curso de hidráulica geral. São Paulo: Guanabara Dois, 1981. 482 p.	5º
PINI. Sustentabilidade nas obras e nos projetos : questões práticas para profissionais e empresas. 1. ed. São Paulo: PINI, 2012. 107 p.	6º
PINTO, C. S. Curso básico de Mecânica dos Solos . 3 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.	6º
PIRELLI. <u>Manual Pirelli de Instalações Elétricas</u> . Pini. São Paulo, 1990. MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto : estruturas, propriedade e materiais. São Paulo: Pini, 1994.	4º
POLILLO, Adolpho. Exercício de Hiperestática. Rio de Janeiro, Editora Científica, 1982	3º
QUADROS, R.M. Língua de Sinais Brasileira; Estudos lingüísticos, Porto Alegre: Artmed 2004.	
QUADROS, R.M. Educação de Surdos (aquisição da linguagem, Porto Alegre: Artmed- 2008.	
RESNICK, Robert e HALLIDAY, David, " Fundamentos de Física " vol. I, II e IV – Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda - Rio de Janeiro, RJ –1996.	2º
RESNICK, Robert e HALLIDAY, David, " Fundamentos de Física " vol. III – Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda - Rio de Janeiro, RJ –1996.	2º / 3º

Título (Continuação)	Período
RIPPER, Ernesto Como evitar erros na construção . São Paulo: PINI, 1984. 122 p. il.	4º
RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto . São Paulo: PINI, 1998. 257 p.	5º
ROBBINS Stephen P; JUDGE, Timonthy A; SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro . 14. São Paulo. Ed: Pearson Education. 2010.	2º
ROSENBERG, Jerome L. Química Geral . Ed. McGraw.Hill. 1982.	1º
SALIBA, Tuffi Messias. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . 3ª ed. São Paulo. LTr®. 2010.	1º
SALIBA, Tuffi Messias. CORREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos . 14ª ed. São Paulo. LTr®. 2015.	2º
SALVAN, Ana Paula Henrique; LABÓRIO Dayse. Antropologia e Cultura . Laureate.	5º
SARMENTO, Daniel “A igualdade Étnico-Racial no Direito Constitucional Brasileiro: Discriminação “De Facto”, Teoria do Impacto Desproporcional e Ação Afirmativa, <i>in</i> CAMARGO, Marcelo Novelino (org.). Disponível em: < https://issuu.com/eadfgmoodle/docs/antropologia_e_cultura_4 >.	5º
SARTORI, Ari José; BRITO, Néli Suzana (org). Gênero na educação: espaço para a diversidade . Florianópolis: Genus, 2008.	5º
Segurança e Medicina do Trabalho . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	6º
Segurança e Medicina do Trabalho . 63ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 799p. (Manuais de legislação Atlas).	1º
SERWAY, Raymond A. FÍSICA I para Cientistas e Engenheiros . vol. I, II, III e VI - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda - Rio de Janeiro, RJ – 1996.	2º
SERWAY, Raymond A. FÍSICA I para Cientistas e Engenheiros . vol. IV e V - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda - Rio de Janeiro, RJ – 1996.	2º / 3º
SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009	2º
SILVA, V. P. Estruturas de aço em situação de incêndio . 1 ed. São Paulo: Zigurate, 2004.	2º

Título (Continuação)	Período
SILVA, M.R. Materiais de Construção . 2ed. São Paulo.PINI.1991.	2º
SOUZA, Roberto de; MERBEKIAN, Geraldo. Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras . São Paulo: Pini, 1996.	3º
SOUZA, Vicente Custódio Moreira de; RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto . São Paulo: PINI, 1998. 257 p.	5º
SOUZA, Ubiraci E. Lemes de. Projeto e implantação do canteiro . 2. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000. 96 p. il. (Primeiros passos da qualidade no canteiro de obras).	5º
STROBEL, Karin. Cultura surda . Editora da UFSC – 2008	
SUCUPIRA, Fernanda. s/d. 65% dos homossexuais já sofreram agressões verbais, físicas ou sexuais. S/d. Disponível em: [http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1513&Itemid=2]	5º
SÜSSEKIND, J. C. Curso de concreto . Rio de Janeiro: Globo, 1987. v. 1 e 2.	4º
The Macmillan Visual Dictionary (USA). Editor: Serge D'Amico.	3º
Téchne – Revista de Tecnologia e Negócios da Construção. São Paulo. PINI	6º
TIERNO, Bernabé. As melhores técnicas de estudo: saber ler corretamente, fazer anotações e preparar-se para os exames . São Paulo: Martins Fontes, 2003. 218 p. (Coleção ferramentas).	5º
TIME. London: Time Magazine. Semanal. ISSN 0928-8430.	3º
TIMOSHENKO, Stephen P. Resistência dos materiais . Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976.	3º
TISAKA, Maçahico. Como evitar prejuízos em obras de construção civil: Construction Claim . São Paulo: PINI, 2011. 277 p.	3º
TOLEDO, José Carlos de et al. Qualidade - gestão e métodos . Rio de Janeiro: LTC, 2013. 397 p.	3º
VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático . São Paulo: Atlas, 2000. 448 p.	3º
WARAT, Luis Alberto. Direitos Humanos: Subjetividade e Práticas Pedagógicas. In: Educando para os Direitos Humanos: Pautas pedagógicas para a Cidadania na Universidade. Org. SOUSA Jr., José Geraldo de. São Paulo: Síntese, 2003.	5º

Título (Continuação)	Período
Young, Hugh D. e Freedman, Roger A. “Sears e Zemansky - Física I” vol I, II e IV – Addison Wesley – 2003.	2º
Young, Hugh D. e Freedman, Roger A. “Sears e Zemansky - Física I” vol. III – Addison Wesley – 2003.	2º / 3º
ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Introdução. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Lúcia Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.	5º

Quadro 11 – Bibliografia Complementar

Título	Período
ALONSO, U. R. Dimensionamento de fundações profundas . 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2012.	4º
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. il. ISBN 9788522458561.	2º / 5º
ANTUNES, Irandé. Lutar com Palavras: Coesão & Coerência . São Paulo: Parábola Editorial, 2005.	4º
AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos: da graduação ao doutorado . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 126 p. il. ISBN 9788502160965.	5º
AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem rodeio e sem medo da ABNT . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	5º
ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de (Org.). Construção civil: uma abordagem macro da produção ao uso . João Pessoa: Editora do IFPB, 2010. 312 p.	6º
ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de. Custos da Implantação do PCMAT na ponta do lápis . São Paulo. FUNDACENTRO. Ministério do Trabalho e Emprego. 2002.	1º
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução . São Paulo: Atlas, 1999. 521 p.	5º

Título (Continuação)	Período
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8036. Programação de sondagens de simples reconhecimento de solos para fundação. Rio de Janeiro. 1993.	3º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118. Projeto e execução de obras de concreto armado. Rio de Janeiro. 1980.	3º / 4º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7480. Barras e fios de aço destinados a armaduras para concreto armado. 1996.	4º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11919. Verificação de emendas metálicas de barras de concreto armado. 1978.	4º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7191. Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado. 1982.	4º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12655. Concreto – preparo, controle e recebimento. 1996.	4º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 6492. Representação de projetos de arquitetura.	1º / 2º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 8196. Emprego de escalas.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 8403. Aplicação de linhas em desenhos - Tipos de linhas - Larguras das linhas.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 10067. Princípios gerais de representação em desenho técnico.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 10068. Folha de desenho - Leiaute e dimensões.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 10126. Cotagem de desenho técnico.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 10582. Apresentação da folha para desenho.	1º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 13142. Dobramento de cópia.	1º

Título (Continuação)	Período
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14323. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios em situação de incêndio. Procedimento. Rio de Janeiro. 2013.	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. Informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.	5º
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação: Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.	5º
AZEVEDO NETTO, José Martiniano de <i>et al.</i> Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blucher, 1998. 669 p.	5º
BACCAN, Nivaldo e outros. Química Analítica Quantitativa Elementar. Ed. da UNICAMP. São Paulo, 1990.	5º
BACELLAR, Ruy Honório. Instalações hidráulicas e sanitárias: domiciliares e industriais. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 282 p.	5º
BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental. 4ª ed. São Paulo. Atlas. 2011.	5º
BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIN, Francini Imene Dias. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2014. 176 p	5º
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Meio ambiente: guia prático e didático. 1. ed. São Paulo: Érica, 2012. 256 p.	6º
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2014. 128 p.	6º
BARSANO, Paulo Roberto. Legislação aplicada à segurança do trabalho. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. 160 p. il. (Série Eixos).	1º
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Higiene e segurança do trabalho. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. 128 p. il. (Série Eixos).	1º
BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. Planejamento e controle da produção para empresas de construção civil. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 190 p.	5º

Título (Continuação)	Período
BLESSMANN, J. Aerodinâmica das construções . 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.	5º
BINDER, Maria Cecília Pereira, ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. MONTEAU, Michel. Árvore de Causas, Método de investigação de Acidentes do Trabalho . 2ª ed. São Paulo. Publisher Brasil Editora. 1996.	1º
BLESSMANN, J. Aerodinâmica das construções . 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990	5º
BLIKSTEIN, Izidoro. Como falar em público: técnicas de comunicação para apresentações . São Paulo: Ática, 2010. (Conforme a nova ortografia da língua portuguesa).	1º
BOCK,A.M.B.; FURTADO,O.; TEIXEIRA,M.L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . São Paulo: Saraiva, 2009.	2º
BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia 3 . ed. São Paulo: Blucher, 1975. 192 p. il.	4º
BRANDALIZE, M. C. B. (2013). Apostila Sobre Fundamentos da Topografia e Equipamentos. Recuperado em 10 de outubro de 2011. Acesso em: Erro! A referência de hiperlink não é válida. >	1º
BRANDÃO, Hugo Pena & FREITAS, Isa Aparecida. Trilhas de aprendizagem como estratégia para desenvolvimento de competência . In: Treinamento, Desenvolvimento e Educação no Trabalho (organizado por Jairo Borges Andrade & Gardênia Abbad), Brasília, Universidade de Brasília, Ed. Phonex, no prelo, 2005.	6º
BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.452, de 01 de Maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm >.	5º
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >.	5º
BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.452, de 01 de Maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm >.	5º
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >.	5º
CALIL JUNIOR, C. <i>et al.</i> Dimensionamento de elementos estruturais de madeira . 1 ed. Barueri: Manole, 2003.	5º

Título (Continuação)	Período
CAMPEDELLI, Samira Youssef; SOUZA, Jesus B. <i>Produção de Textos & Usos da Linguagem</i> – Curso de Redação. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.	1º
CAMPOS, Raphael do Amaral (1965). Projeto de Estradas . São Paulo, Universidade de São Paulo, Escola Politécnica.	1º
CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B.B. Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática . Petrópolis: Vozes, 2011.	5º
CARDÃO, Celso. (1963). Topografia . Belo Horizonte: Arquitetura e Engenharia.	1º
CARTWRIGHT, Peter. Alvenaria . Porto Alegre: Bookman, 2014. 202 p.	5º
CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas . 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.	2º / 5º
CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura . São Paulo: Blucher, 2010. 267 p.	1º
CASCUDO, Oswaldo. O controle da corrosão de armaduras em concreto: inspeção e técnicas eletroquímicas . São Paulo: PINI, 1994. 237 p.	1º
CAVALCANTE, Franciraldo Loureiro. Administração da construção: uma abordagem prática . João Pessoa: Unipê, 2000. 525 p. 2v.	4º
CAVALCANTI, G.; TOLOTI, M. Empreendedorismo: decolando para o futuro . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.	4º
CHAVES, Roberto. Manual prático de instalações hidráulicas e sanitárias . Rio de Janeiro: Ediouro, 1979. 192 p.	3º
CERQUEIRA, Jorge P. Sistemas de gestão integrados: conceitos e aplicações . 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. 517 p.	3º
CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações . Barueri / SP: Malone, 2014.	3º
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de materiais: uma abordagem introdutória . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 174 p.	3º
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor Barueri: Manole, 2012.	6º
CHING, Francis D. K. Técnicas de construção ilustradas . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 478 p. il.	4º

Título (Continuação)	Período
COBRA, Marcos. Administração de Marketing no Brasil . São Paulo: Ed. Campus, 2008.	6º
COSTA, Nelson. E. P. Marketing Imobiliário . Goiânia: AB, 2002.	6º
DE CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 12 ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.	6º
DE FELIPPE JUNIOR, Bernardo. Marketing para a Pequena Empresa: Comunicação e Vendas . Caxias do Sul: Ed. Maneco; Brasília: SEBRAE, 2007.	6º
DE MORAIS FILHO, Evaristo; DE MORAIS, Antônio Carlos Flores. Introdução ao Direito do Trabalho. 10 ed. São Paulo: LTr, 2010.	5º
DE OLIVEIRA, Aristeu. Manual de Prática Trabalhista. 47ed. São Paulo: Atlas, 2012.	5º
DE OLIVEIRA, Aristeu. Manual Prático da Previdência Social. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	5º
DIAS, L. A. M. Edificações de aço no Brasil . 3 ed. São Paulo: Zigurate, 2002.	5º
DORNELAS, J. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014	5º
DUTRA, Aldo Cordeiro; Nunes, Laerce de P. Proteção Catódica . Ed. Interciência. 1999.	5º
DUTRA, Joel de Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna . São Paulo: Atlas, 2004.	5º
EDMUNDSON, Maria Verônica A. da Silveira. Leitura e Compreensão de Textos no Livro Didático de Língua Inglesa. João Pessoa: Editora do CEFET-PB, 2004.	1º
ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (14.: 2012: Juiz de Fora, MG). Anais do 14º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - Da concepção à desconstrução: a integração do ambiente construído . Juiz de Fora, MG: Tec Art, 2012.	5º / 6º
ESPARTEL, Lelis. (1965). Caderneta de Campo. Porto Alegre: Globo.	1º
FIGUEIREDO, Fabiana; MONT ' ALVÃO, Cláudia. Ginástica laboral e ergonomia . 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.	6º

Título (Continuação)	Período
FRANCO, Jeferson José Cardoso. Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011. 166 p. il. ISBN 9788539901326.	5º
FREIRE, W. J. <i>et al.</i> Tecnologias e materiais alternativos de construção. 1 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.	6º
FUSCO, P. B. Estruturas de concreto: fundamentos do projeto estrutural. São Paulo: McGraw- Hill do Brasil: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.	4º
FUSCO, P. B. Técnica de armar as estruturas de concreto. São Paulo: Pini, 1995.	4º
GEHBAUER, Fritz. Racionalização na construção civil como melhorar processos de produção e de gestão. Recife: Projeto Competir, 2004. 427 p.	4º / 5º
GENTIL, V. Corrosão. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.	6º
GIAMMUSO, Salvador E. Orçamento e custos na construção civil. São Paulo: Pini, 1991. 181 p.	6º
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	6º
GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito de Trabalho. 19 Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.	6º
GRAMIGNA, Maria Rita. Líderes inovadores: ferramentas de criatividade que fazem à diferença. São Paulo: 2008. Editora M.Books, 2004.	6º
GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um Curso de Cálculo - Vol. 2, 5ª Edição, Rio de Janeiro, LTC Editora, 496 p., 2001, ISBN: 85-2161280-X	1º
GUSMÃO FILHO, J. A. Fundações: do conhecimento geológico à prática da engenharia. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.	1º
HANAI, J. B. Construções de argamassa armada. 1 ed. São Paulo: Pini, 1992.	6º
HASHIMOTO, M. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empresorismo. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.	6º

Título (Continuação)	Período
HELENE, Paulo R. L. Manual prático para reparo e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1988. 119 p.	5º
HELENE, Paulo, TERZIAN, Paulo. Manual de dosagem e controle do concreto. São Paulo: Pini, 1992	5º
HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, C.J. et al. (orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.	6º
HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. Porto Alegre: AMGH, 2014.	6º
HOFFMANN, K. Douglas; BATESON, John E. G. Princípios de Marketing de Serviços: Conceitos, Estratégias e Casos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.	6º
INFANTE, Ulisses. <i>Do texto ao texto. Curso prático de leitura e redação.</i> 5 ed., São Paulo: Editora Scipione, 1998.	1º
JOBIM, M. S. S. Método de avaliação do nível de satisfação dos clientes de imóveis residenciais. 1997. 155p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.	6º
KATORI, ROSA. AUTOCAD 2014: PROJETOS EM 2D. SÃO PAULO: SENAC SÃO PAULO, 2014. 540 P. IL. (NOVA SÉRIE INFORMÁTICA). ISBN 9788539604531.	1º
KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p. ISBN 9788532618047.	2º / 5º
KOCH, Ingedore G.V. <i>A coesão Textual.</i> São Paulo: Contexto, 1989.	1º
_____ <i>A Coerência Textual.</i> São Paulo: Contexto, 1992.	1º
_____ <i>Argumentação e Linguagem.</i> São Paulo: Cortez, 2002.	1º
LÉGER, Fernand. <i>Funções da pintura</i> São Paulo: Nobel, 1989. 194 p. il.	4º
LEITHOLD, Louis. <i>Cálculo com Geometria Analítica vol. 1.</i> Ed. 3ª Editora: Harbra, 2000 ISBN: 8529400941.	1º
LOCH, Carlos, Cordini, Juciclei. (2007). <i>Topografia Contemporânea. Planimetria.</i> 3. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC.	1º
LOPES, P. A. Avaliação pós-ocupação aplicada nos conjuntos habitacionais populares em Londrina – PR: critérios básicos para a reabilitação e a manutenção predial. 2000. 464p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.	6º

Título (Continuação)	Período
LOPES, M.C. Surdez&Educação, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.	
LUECKE, R. Ferramentas para empreendedores . 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.	6º
MOLITERNO, A. Caderno de muros de arrimo . 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.	4º
MARCONDES, R. C.; BERNARDES, C. Criando empresas para o sucesso: empreendedorismo na prática . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.	4º
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312 p. il.	5º
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção de sentidos . São Paulo, Editora Cortez, 2010.	4º
MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos: do Operacional ao Estratégico . São Paulo: Saraiva, 2009.	5º
MARTINS, Caroline de Oliveira. PPST – Programa de Promoção da Saúde do Trabalhador . 1ª ed. Jundiaí - São Paulo. Editora Fontoura. 2008.	4º
MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho . 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.	5º
MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <i>Português Instrumental</i> . 28. Ed. Porto Alegre: Atlas, 2009.	4º
MASON, J. Concreto armado e protendido: princípios e aplicações . Rio de Janeiro: LTC, 1976.	4º
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental . São Paulo: Atlas, 2009.	1º
_____. <i>Redação Científica: A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas</i> . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2013.	1º / 2º
_____. <i>Correspondência: técnicas de comunicação criativa</i> . 14. ed. São Paulo: Atlas, 2001.	1º
MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto: estruturas, propriedade e materiais . São Paulo: Pini, 1994.	4º
MEIRA, A. Estudo das variáveis associadas ao estado de manutenção e a satisfação dos moradores de condomínios residenciais. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.	6º

Título (Continuação)	Período
MENDES NETO, Flávio. Concreto estrutural avançado: análise de seções transversais sob reflexão normal composta. São Paulo: PINI, 2009. 175 p.	5º
MOLITERNO, A. Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira. 4 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.	4º / 5º
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Introdução ao Direito do Trabalho. 38 ed. São Paulo, LTr, 2013.	5º
NASCIMENTO, O. L. Manual de construção em aço: alvenarias. Belo Horizonte: USIMINAS, 2007.	6º
NEVES, Maria H. de M. <i>Gramática de Usos do Português.</i> São Paulo: Editora UNESP, 2000.	1º
NEVILLE, A. M. Propriedades do concreto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. 307 p.	4º / 5º
NOCÊRA, Rosaldo de Jesus. Teoria e prática de planejamento e controle de obras. [S.l.]: RJN, 2010. 444 p.	5º
NOCÊRA, Rosaldo de Jesus. Planejamento e controle de obras com o MS-Project 2010 fundamental. São Paulo: RJN, 2012. 408 p.	5º
OLIVEIRA, ADRIANO DE. DESENHO COMPUTADORIZADO: TÉCNICAS PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS. 1. ED. SÃO PAULO: ÉRICA, 2014. 175 P. IL. (SÉRIE EIXOS)	1º
OLIVEIRA, MAURO MACHADO DE. AUTOCAD 2010: GUIA PRÁTICO 2D, 3D E PERSPECTIVA. CAMPINAS, SP: KOMEDI, 2012. 192 P. IL. ISBN 9788575825075.	1º
OLIVEIRA, A. M. S. e BRITO, S. N. A. (editores). Geologia de engenharia. 1 ed. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.	4º
ORNSTEIN, S.; ROMÉRO, M. Avaliação pós-ocupação do ambiente construído. São Paulo: EdUSP, 1992. 223p.	4º
PANOSSIAN, Z. Corrosão e proteção contra corrosão em equipamentos e estruturas metálicas. 1 ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1993. v. 1 e 2.	5º
PARGA, Pedro. Cálculo do preço de venda na construção civil. São Paulo: PINI, 1995. 151 p.	6º
PARSEKIAN, G. A. (organizador). Parâmetros de projeto de alvenaria estrutural com blocos de concreto. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.	6º
PETRUCCI, E.G. Materiais de Construção. 12ed. Porto Alegre.Globo.1997	2º

Título (Continuação)	Período
PFEIL, W. Cimbramentos . Rio de Janeiro: LTC, 1987.	4º
PINTO, Alan Kardec; FLORES FILHO, Joubert Fortes; SEIXAS, Eduardo de Santana. Gestão estratégica e indicadores de desempenho . 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 98 p.	5º
POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir idéias . 28 ed. 2ª tiragem 2009 conforme a nova ortografia. São Paulo: Saraiva, 2005.	5º
PONZETTO, Gilberto. Mapa de Riscos Ambientais - Manual prático . 1ª ed. São Paulo. LTr®. 2002.	1º
PREISER, W.; RABINOWITZ, H.; WHITE, E. Post-occupancy evaluation . New York: Van Nostrand Reinhold, 1988. 198p.	6º
PROJECT Management Institute. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos 4. ed. Philadelphia, USA: Global Standard, 2008. 459 p. il. ISBN 9781933890708.	5º
QUADROS, Ronice Muller. Questões teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais . Editora: Arara Azul. - 2006.	1º
QUADROS, R.M. Estudos Surdos I , Petrópolis: Arara Azul, 2006.	
QUADROS, R.M. Estudos II , Petrópolis: Arara Azul, 2007.	
QUADROS, R.M. Estudos III , Petrópolis: Arara Azul, 2008.	
RAMOS, Rosinda de Castro Guerra. Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em curso de inglês para fins específicos . São Paulo: the ESpecialist, vol. 25, nº 2 (107- 129), 2004.	1º
RIPPER, Ernesto. Como evitar erros na construção . São Paulo: PINI, 1984. 122 p.	1º
RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Psicologia Social . Rio de Janeiro: Vozes, 2000.	1º
RODRIGUES, Marcus Vinicius. Ações para a qualidade . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 338 p.	1º
SÁ, Elisabeth Schneider de (Coord.) et al. Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 191 p. il. ISBN 8532611818.	1º
SÁ, Antônio Lopes. Ética Profissional . São Paulo: Atlas, 6ª ed., 2007.	2º

Título (Continuação)	Período
SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das Leis do Trabalho: comentada. 46 ed atual., ver. e ampl. Por José Eduardo Duarte Saad, Ana Maria Saad Castello Branco. São Paulo: LTr, 2013.	5º
SALGADO, Julio Cesar Pereira. Técnicas e práticas construtivas para edificação. 2. ed. São Paulo: Érica, 2011. 320 p. il.	4º
SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.	2º / 5º
SCHNAID, F. Ensaio de campo: e suas aplicações à engenharia de fundações. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.	4º
SCHWANKE, Cibele (Org.). Ambiente: conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2013. 247 p.	4º
Segurança e Medicina do Trabalho. 63. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	6º
SERRA NEGRA, Carlos Alberto; NEGRA, Elizabete Marinho Serra. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 218 p. il. ISBN 9788522448739.	5º
SILVA, Mozart Bezerra da. Manual de BDI: como incluir benefícios e despesas indiretas em orçamentos de obras de construção civil. São Paulo: Blucher, 2006. 200 p.	5º
SILVA, M. G. e SILVA, V. G. Manual de construção em aço: painéis de vedação. Belo Horizonte: USIMINAS, 2007.	4º
SIMÕES, J. R. L. Tecnologia do cobre na arquitetura: cobertura de edifícios. 2 ed. São Paulo: Pini/PROCOBRE, 2010.	5º
SOUZA, Adriana G. F. ET alli. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. Ed. Disal. São Paulo, 2005	5º
SOUZA, Ana Lúcia Rocha de; MELHADO, Silvio Burrattino. Preparação de execução de obras. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003. 143 p.	5º
SOUZA, R. et al. Sistema de gestão da qualidade para empresas construtoras. São Paulo: Pini, 1995. 247p.	5º
SOUZA, R.; MEKBEKIAN, G. Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras. São Paulo: Pini, 1996.	2º / 5º
SÜSSEKIND, J. C. Curso de concreto. Rio de Janeiro: Globo, 1987. v. 1 e 2.	4º
SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. 2a. Edição; volume 1; Rio de Janeiro; Makron Books; 1994. ISBN : 8534603081.	5º

Título (Continuação)	Período
TARTUCE, Ronaldo. Dosagem experimental do concreto . São Paulo: Pini, 1989	3º
TAVARES, José da Cunha. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho . 8ª ed. São Paulo. SENAC. 2010.	3º
Téchne – Revista de Tecnologia e Negócios da Construção. São Paulo. PINI	2º
THOMAS, GEORGE B. Cálculo - vol. 1. Ed. 10ª Editora: Prentice-Hall 2002. ISBN: 8588639068.	1º
TISAKA, Maçahico. Como evitar prejuízos em obras de construção civil: Construction Claim . São Paulo: PINI, 2011. 277 p.	3º
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita . São Paulo: Martins Fontes, 1998.	3º
VELLOSO, D. A. e LOPES, F. R. Fundações: critérios de projeto, investigação do subsolo e fundações superficiais . 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. v. 1.	4º
VELLOSO, D. A. Fundações: fundações profundas . 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.	1º
VIANNA, Marcos Rocha (Coord.). Instalações hidráulicas prediais . Belo Horizonte: Instituto de Engenharia Aplicada Editora, 1993. 242 p.	3º
VIEIRA, H. F. Logística aplicada à construção civil: como melhorar o fluxo de produção nas obras . São Paulo: Pini, 2006. 178p.	3º
VOGEL, A. e outros. Análise Inorgânica Quantitativa . Ed. Guanabara Dois S.A. Rio de Janeiro, 1981.	1º
WESTWOOD, John. O Plano de Marketing . 2º ed. São Paulo: Makron Books, 1996.	1º
XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. Como Fazer e Apresentar Trabalhos Científicos em Eventos Acadêmicos . 1. ed. Recife: Rêspel, 2010. v. 1. 177p.	1º
YAZIGI, Walid. A técnica de edificar . 11. ed. São Paulo: PINI, 2011. 807 p.	1º / 4º / 5º
ZENONE, Luiz Cláudio; BUAIRIDE, Ana Maria Ramos. Marketing da Promoção e Merchandising . São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2011.(cap. 2)	6º
ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica . São Paulo: Atlas, 2001.	6º
_____. O modelo da competência . São Paulo: SENAC, 2004.	6º

4.2.8 Periódicos

A Biblioteca Nilo Peçanha tem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que é um portal brasileiro de informação científica e tecnológica, mantido pela CAPES, instituição de fomento à pesquisa, ligada ao Ministério da Educação – MEC, embora não disponha de assinatura de periódicos impressos na área em questão. O referido Portal tem como finalidade promover a democratização do acesso à informação.

4.2.9 Serviço de acesso ao acervo

Os serviços de acesso ao acervo, oferecidos pela Biblioteca Nilo Peçanha, foram considerados satisfatórios pelos usuários, segundo pesquisa realizada pelo setor. Assim, segue abaixo relação dos serviços disponibilizados:

- Empréstimo domiciliar de documentos do acervo geral, permitido aos servidores e alunos do IFPB;
- Consulta de periódicos e obras de referências;
- Empréstimo especial, reservado a documentos considerados especiais para esta Biblioteca;
- Comutação bibliográfica – COMUT;
- Acesso ao Portal de Periódicos CAPES;
- Levantamento de informações: trata-se de um levantamento das informações existentes no acervo local. O usuário, através de formulário próprio, solicita ao Setor de Coleções Especiais. Um item importante é que o assunto esteja bem definido e delimitado para que não haja dúvida na recuperação da informação. Prazo previsto para o atendimento: 24 horas;
- Reserva de livros.

4.2.10 Filiação institucional à entidade de natureza científica

A BNP participa como biblioteca solicitante do COMUT (Comutação Bibliográfica), programa coordenado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Através desse programa é possível obter cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais, que não são encontrados na BNP ou quando o Portal de Periódicos da CAPES não disponibiliza em texto completo.